



**DIAGNÓSTICO DO TURISMO NO MEIO
RURAL EM POÇOS DE CALDAS, MG**

MARCELO ALEXANDRE CORREIA DA SILVA

2007

MARCELO ALEXANDRE CORREIA DA SILVA

DIAGNÓSTICO DO TURISMO NO MEIO RURAL EM POÇOS DE
CALDAS, MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Lavras como parte das exigências do programa de
Mestrado em administração, área de concentração
Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a
obtenção do título de mestre

Orientador:

Prof. Dr. Luís Carlos Ferreira de Sousa Oliveira

Co-orientadora:

Profa. Dra. Maria Cristina Angélico Mendonça

BIBLIOTECA CENTRAL

UFLA

Nº CLAS T 338.4791

SIL

diag

Nº REGISTRO 222.704

DATA 28/09/2007

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2007

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Silva, Marcelo Alexandre Correia da
Diagnóstico do Turismo no Meio Rural de Poços de Caldas, MG/
Marcelo Alexandre Correia da Silva. – Lavras : UFLA, 2007.
109 p. : il.

Orientador: Luiz Carlos Ferreira de Sousa Oliveira
Dissertação (Mestrado) – UFLA.
Bibliografia.

1. Turismo no espaço rural. 2. Poços de Caldas. 3. Ação Coletiva. 4.
Participação. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-338.4791

MARCELO ALEXANDRE CORREIA DA SILVA

**DIAGNÓSTICO DO TURISMO NO MEIO RURAL EM POÇOS DE
CALDAS, MG**

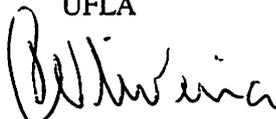
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do programa de Mestrado em Administração, área de concentração Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

Aprovada em 14 de fevereiro de 2007

Prof. Dr. Edgard Alencar UFLA

Prof. Dr. Mário Carlos Beni USP

Prof. Dr. Robson Amâncio UFLA



Prof. Dr. Luís Carlos Ferreira de Sousa Oliveira
UFLA
(Orientador)

Profa. Dra. Maria Cristina Angélico Mendonça
UFLA
(Co-orientadora)

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que acreditaram em mim, nessa caminhada.

Ao Professor Robson Amâncio e sua esposa professora Crísthiane da Graça Amâncio, por mostrarem o caminho inicial nessa caminhada.

Ao professor Edgard Alencar por sua ajuda paciente e cheia de sabedoria. Sem dúvida um professor no sentido mais profundo da palavra.

À professora Maria Cristina Angélico Mendonça, mais que uma professora, uma amiga que acreditou na proposta e, acima de tudo, dedicou seu tempo e conhecimento para a realização deste trabalho.

Agradeço, em especial, a meu pai, José Walter da Silva e minha mãe, Maria Rosa Correia da Silva, pela eterna dedicação e incentivo aos filhos, com palavras de conforto, amor e apoio nos momentos mais difíceis, pessoas que são exemplo de determinação e, acima de tudo, que dão sentido à palavra família.

A meus irmãos, José Walter da Silva Júnior e Rodrigo Otávio Correia da Silva, meus melhores amigos, que representaram para mim a união nos momentos mais difíceis.

A minha esposa, Talita Merli, pelo amor incondicional e precioso apoio familiar, preenchidos com compreensão e paciência nas horas difíceis.

Aos meus sogros, Ismael Merli e Maria Aparecida da Silva Merli e meu cunhado, Istael Merli, pessoas importantes no conjunto que cerca minha vida.

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS	5
2.1 Objetivo geral	5
2.2 Objetivos específicos	5
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
3.1 Considerações sobre as mudanças e as novas tendências do meio rural brasileiro.....	6
3.2 Turismo e o desenvolvimento sustentável	14
3.3 O turismo sustentável e o turismo no meio rural	18
3.4 Ações no Brasil para o desenvolvimento sustentável por meio do turismo ..	27
3.5 Grupo social, questões associativistas e motivações da ação coletiva para o desenvolvimento sustentável.....	30
3.6 Estratégias de intervenção e intervenção participativa para melhoria do trabalho em grupo	34
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	40
4.1 Caracterização da pesquisa.....	40
4.2 Local de estudo	44
4.3 Tratamento das informações	45
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	47
5.1 Histórico do município e sua evolução turística	47
5.1.1 Caracterização física do local de pesquisa	47
5.1.2 Caracterização histórica do local de pesquisa	49
5.1.3 Organização do turismo no espaço rural da região de Poços de Caldas: primeira e segunda etapas	52

5.2 Projeto Zé Uai da Serra do Selado: terceira etapa	57
5.3 O processo de intervenção	68
5.4 Ação em grupo, envolvimento e participação	72
5.5 Resultados e impactos do projeto	75
5.6 Desenvolvimento rural sustentável	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXO I	88
ANEXO II	89
ANEXO III	91
ANEXO IV	95
ANEXO V	100
ANEXO VI	104
ANEXO VII	106
ANEXO VIII	108

RESUMO

SILVA, Marcelo Alexandre Correia da. **Diagnóstico do Turismo no Meio Rural de Poços de Caldas, MG**. 2007. 109 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG¹.

O meio rural vem passando por diversas mudanças no decorrer dos anos, dentre essas se destacam os novos modelos de produção, a relação do ser humano com espaço rural, a necessidade de novas formas de acesso à renda que não apenas de produção e as mudanças das políticas públicas para a melhoria. Uma das alternativas, para o desenvolvimento sustentável do campo, que vem sendo utilizada em diversos países é o turismo no espaço rural, atividade esta que complementa as demais atividades de produção do meio rural. Contudo, para conseguir organizar um produto turístico e competir no mercado os proprietários rurais assim como as políticas públicas de fomento a atividade de turismo, têm buscado organizar a atividade em coletivo, elaborando roteiros turísticos rurais. Dessa forma o presente trabalho busca compreender o fenômeno de implantação do turismo no espaço rural no município de Poços de Caldas, MG e suas implicações práticas e teóricas. Para tanto, inicia-se fazendo um estudo sobre o meio rural e sobre a atividade de turismo. Em seguida, analisa os estudos teóricos acerca de formas de trabalho coletivo, associativismo e participação e analisa como se deu o processo de implantação através de pesquisa em documentos e entrevista com agentes envolvidos no processo. Ao finalizar-se, a pesquisa demonstrou que apesar de diversas tentativas de trabalho para formação de um produto turístico no meio rural de Poços de Caldas as iniciativas não geraram resultados coletivos, assim como também não geraram desenvolvimento para o local. Apesar da não geração de resultados, percebeu-se que a atividade é uma importante ferramenta para o desenvolvimento rural.

¹ Comitê Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Ferreira de Sousa Oliveira - UFLA
Profa. Dra. Maria Cristina Angélico Mendonça - UFLA

ABSTRACT

SILVA, Marcelo Alexandre Correia da. **Rural Tourism Diagnosis in Poços de Caldas, MG** 2007. 109 p. Dissertation (Master's in Administration) – Federal University of Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brazil².

The agricultural realm has been going through several changes throughout the years. Amongst these, new models of production, the relation of the human and agricultural space, the necessity of new forms to obtain income and the public politics changes for the improvement can be highlighted. One of the alternatives, for the sustainable development of the rural space, that have been used in several countries is the rural tourism. That activity appear as a complementary activity to many agricultural activities of production. However, to format a tourist product and to compete in the market, the agricultural proprietors as well as the public politics have been trying to organize the activity together by creating rural tourist itinerary. Thus, the present work objective is to understand the phenomenon of the rural tourism activity implantation in the Poços de Caldas city, Minas Gerais state and its practical and theoretical implications. For this, it begins by making a study on the agricultural way and the activity of tourism. After these, it analyzes the theoretical studies concerning forms of collective work, and participation and analyzes the process of implantation by document research and interview realized with the involved agents in the process. In the end, the research results demonstrated that although diverse attempts of work for formatting of a tourist product in the rural tourism in Poços de Caldas have not indicated collective results, as well as they have not showed development for the rural space. Nevertheless, it was noticed as important for rural development.

² Guidance Comity: Ds. Luiz Carlos Ferreira de Sousa Oliveira - UFLA
Ds. Maria Cristina Angélico Mendonça - UFLA

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o conceito de desenvolvimento do meio rural tem sofrido sistemáticas modificações. Anteriormente, o desenvolvimento era baseado unicamente no crescimento da produtividade pela substituição de mão-de-obra na terra por máquinas, irrigação e fertilizantes químicos. Essa forma de desenvolvimento, imposta como solução para a melhoria do meio rural, gerou uma desorganização no sistema agrícola brasileiro, culminando em um aumento expressivo no êxodo rural e, conseqüentemente, na concentração de terras e de riquezas nas mãos dos grandes produtores.

Esse modelo de desenvolvimento para a modernização teve caráter excludente, e revelou-se insustentável como política de desenvolvimento rural, pois beneficiava apenas latifundiários, em todas as suas vertentes – incluindo o acesso à tecnologia, a compra de equipamentos e insumos, a negociação e a venda dos produtos - deixando a desejar na criação de alternativas para a manutenção dos pequenos e médios produtores rurais. Por décadas, tal modelo político excludente perpetuou no meio rural.

Entretanto, como conseqüência dos resultados desta política e do dinamismo do mundo globalizado, surgiu a necessidade de mudança de estratégias de desenvolvimento, reduzindo-se, assim, o enfoque até então “produtivista” baseado no aumento de produção como alternativa de melhoria. Este foi substituído pelo enfoque de sustentabilidade, conceito que abrange, além do fator econômico, os fatores ambientais, sócio-culturais e políticos.

Nessa mudança de enfoque, no que se refere ao desenvolvimento, a prioridade deixou de ser a propriedade individual ou o espaço geográfico, para dar lugar a discussões e formas de organização que lidam diretamente com o ambiente social onde ocorre o processo de produção e de relações interpessoais. O meio rural passou a ser compreendido, pelos formuladores de políticas

públicas, organizações privadas e não governamentais, como passível de gerar estratégias que gerem condições locais para que ações mais cidadãs ocorram, como novas formas de ocupação e renda dos moradores rurais.

Dentre as mudanças, destaca-se a criação de novas formas de acesso a renda, que ocorreu, principalmente, em pequenas e médias propriedades. Muitas dessas propriedades passaram a não mais depender única e exclusivamente de produção de alimentos, mas também da comercialização de outros produtos, como seus atrativos naturais e sua cultura, para complementar a renda ou, até mesmo, para viabilizar a sua existência. Nesse contexto, o turismo no espaço rural surge como uma nova alternativa para os pequenos e médios produtores que necessitam maximizar os lucros em menores espaços de terra.

O turismo tem sido analisado como um importante fomentador de melhoria de qualidade de vida, nos locais onde é inserido sustentavelmente. Entretanto, estudiosos do assunto, como Beni (2001) e Petrochi (2001), consideram que a atividade só se estrutura sustentavelmente quando analisada de forma conjunta, ou seja, onde o *trade* turístico, interligado diretamente ou não, se complementa. Essa análise é chamada de visão sistêmica do turismo ou Sistur. Segundo Beni (2001), de acordo com a visão sistêmica do turismo, a atividade é composta por três grandes conjuntos:

1. conjunto das organizações estruturais, que são as políticas públicas e privadas relacionadas diretamente ao funcionamento do turismo e à infra-estrutura geral. Essa infra-estrutura é também utilizada por outros setores da economia;
2. conjunto das ações operacionais, que envolve a dinâmica de atuação das organizações que compõem o Sistur. Nesse ambiente, então, estão inseridos os subsistemas de mercado, oferta, produção, distribuição, demanda e consumo; e

3. por último, gerado pelo resultado dessas ações, está o conjunto de relações ambientais, sociais, culturais e econômicas do turismo.

A simbiose e o equilíbrio entre estes três grupos possibilitarão a sustentabilidade da atividade, para que essa se estabeleça de forma a melhorar a qualidade de vida das comunidades receptoras do turismo, atender aos anseios e necessidades dos turistas e também dos empresários ligados diretamente às atividades de turísticas.

Nesse contexto, deve-se considerar a comunidade receptora como a que possui a maior importância, pois o turismo se desenvolve por meio do usufruto de recursos que estão em seu território. Corroborando com esse pensamento, Petrocchi (2001) afirma que a necessidade de preservar a comunidade acontece porque o turista interage com o destino visitado e, conseqüentemente, é afetado de alguma forma. É necessário, então, que se dê grande importância aos impactos socioculturais e econômicos, e para o espaço físico onde este ocorre.

Quando um determinado local é trabalhado de forma integrada na formação de um atrativo turístico, como a estratégia de roteiros turísticos, pode-se considerar que essa alternativa busca o desenvolvimento local. Esses roteiros turísticos são agrupamentos de propriedades rurais com potencialidade turística para a formatação de um produto turístico.

Para analisar a atividade de turismo rural por meio da união de várias propriedades, em roteiro turístico, como um instrumento de desenvolvimento rural, a literatura sobre associativismo, cooperativismo e ação coletiva foi consultada para a compreensão do trabalho em coletividade.

A atividade humana desenvolvida em grupo, prática comum nas atividades tradicionais do meio rural, aparece nesse novo enfoque de atividade, o turismo rural, como um elemento de estabilidade para a atividade, na medida em

que a concentração em grupos sociais é o princípio que guia a ação e os interesses dos envolvidos.

Pressupõe-se que o alicerce do processo de desenvolvimento do meio rural, por meio do coletivismo, em roteiros turísticos rurais, tem ligação direta com a forma de intervenção do mesmo. Nessa perspectiva, torna-se necessário a realização de um estudo da gestão da implementação dessa nova atividade, não mais de produção de bens tangíveis, mas, de bens intangíveis ou serviços, considerando as características do novo modelo de desenvolvimento.

O presente estudo acontece no estado de Minas Gerais, pois esse é pioneiro em ações ligadas a formação de roteiros para a formatação de produtos turísticos. Será analisada a cidade de Poços de Caldas primeiramente por ter tradição turística no estado e também por fazer parte de uma das cidades beneficiadas pelo primeiro projeto de turismo no espaço rural do estado.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Fundamentado na proposta de ação coletiva, este trabalho pretende analisar a gestão do processo de implantação do roteiro turístico com perfil rural situado em Poços de Caldas – sul de Minas Gerais.

2.2 Objetivos específicos

Especificamente, este trabalho se propôs a:

- levantar a história do município e ressaltar a evolução turística;
- Caracterizar as formas de intervenções utilizadas pelos agentes;
- analisar o grau de influência dos agentes interventores no processo de formatação dos roteiros turísticos rurais;
- Verificar como foram concebidas as propostas de formação de um produto turístico no espaço rural;
- identificar o envolvimento dos possíveis beneficiados no processo de formação e desenvolvimento dos projetos de turismo rural;
- identificar os resultados obtidos e os impactos gerados pelo investimento na atividade de turismo rural, e
- analisar o desenvolvimento rural a partir das atividades de turismo no meio rural.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este tópico apresenta uma revisão de literatura e tem como enfoque discutir: o desenvolvimento sustentável do meio rural, o setor de turismo e, especificamente, o turismo rural, assim como formas de intervenções e trabalho em coletividade.

3.1 Considerações sobre as mudanças e as novas tendências do meio rural brasileiro

As mudanças no meio rural, por meio da modernização da agricultura, é um processo que se iniciou no pós-guerra, com a introdução de máquinas na agricultura, de fertilizantes e defensivos agrícolas. Essa mudança das ferramentas de cultivo na terra transformou a produção artesanal, à base da enxada e do trabalho feito a muitas mãos, numa agricultura dinâmica, intensiva e mecanizada, modificando a maneira de produzir do camponês e, conseqüentemente, gerando também mudança em sua cultura.

Graziano da Silva (1996) atribui essa mudança na agricultura brasileira à passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais, que começou na década de 1960. Isso aconteceu após o processo de industrialização urbana, quando a agricultura perdeu a auto-suficiência em produzir os seus meios de produção, passando a se dedicar a uma atividade específica, produzindo mercadorias, comprando força de trabalho e insumos e vendendo produtos.

Segundo Furtado & Furtado (2000), essa nova dinâmica de produção agrícola é representada por um conjunto integrado de três partes:

- 1) indústria – montante;
- 2) a produção agropecuária;

- 3) a agroindústria processadora – a jusante, ou seja, as cadeias: insumo-produção-mercado.

Na década de 1970 os fatores que mais marcaram esse processo de mudança foram as políticas agrícolas, que passaram a diferenciar os produtores rurais, segundo o tipo, em pequeno, médio e grande. O objetivo, ao dividir as propriedades em grupos qualificados, foi o de estabelecer taxas distintas de financiamento, atrelando o empréstimo para cultivo da terra ao lucro, conseqüentemente favorecendo os grandes produtores. Esse processo desencadeou um declínio da produção agrícola das pequenas e médias propriedades, fontes também de sustento e de fixação do homem no campo.

Segundo Kageyama et al. (1990), o Estado foi o propulsor principal dessa “modernização” do meio rural, pois estimulou o crescimento das indústrias rurais por meio de vários incentivos e também assegurou o mercado para os produtos por meio da política de financiamento rural.

Para Alencar (2001), essa política de modernização da agricultura do Brasil, de 1965 a 1976, levou à marginalização dos pequenos produtores, pois o apoio a produtores rurais era dado apenas em função da análise do retorno econômico. Os resultados dessa política, aliados a fatores como incentivo focado na urbanização e na industrialização, provocaram profundas modificações no setor rural, como capitalização do processo produtivo, diferenciação social, com o surgimento de diferentes categorias de produtores e trabalhadores rurais, concentração de terra e renda, integração do setor rural ao urbano via complexos agroindustriais, ou CAIs.

Vieira (2004) também atribui a responsabilidade pelo aumento do êxodo rural à política pública aplicada até então. O modelo de desenvolvimento agrícola denominado “revolução verde” mostrou-se incapaz de absorver grande parte dos pequenos agricultores rurais.

Vieira (2004) afirma que, no período entre 1960 e 1980, 28,5 milhões de pessoas deixam o campo, migrando para a cidade em busca de uma melhor condição de vida. Essa brusca mudança levou ao aumento da miséria e do desemprego, gerando um grande impacto no meio rural e também nas cidades local alvo da migração dessas pessoas. Tais cidades não estavam preparadas para receber o grande contingente de trabalhadores sem qualificação para os postos de trabalho urbanos, gerando concentrações humanas em condições de vida muito precárias. Foi perdida uma estrutura de desenvolvimento no campo, sem gerar uma fonte de sustentação nas cidades.

Naquela época, para contribuir ainda mais com esse problema generalizado, vieram as crises e recessões na economia, que geraram também a desaceleração do crescimento industrial nas cidades, resultando no aumento do desemprego nos grandes centros urbanos. Essa soma de acontecimentos refletiu até os dias de hoje na sociedade brasileira, por meio do crescimento das favelas, do não acesso à educação de qualidade, à moradia, à saúde e, conseqüentemente no aumento da criminalidade.

Com a desaceleração do crescimento industrial, novamente, as atenções voltaram-se para o campo, como alternativa para reduzir o êxodo rural, que era um dos principais fatores que levavam ao crescimento do número de desempregados nos centros urbanos. Esse “novo olhar” dirigido ao meio rural não demonstrou significativas mudanças para as pequenas e médias propriedades, pois o modelo adotado pelas políticas de desenvolvimento rural, mesmo em crise, continuou sendo movido pelo conceito de modernização agrícola, onde se atrela o aumento da produção no meio rural ao alto rendimento. Tais princípios não foram alterados porque o estigma de que a produção em pequenas propriedades existe devido à precariedade econômica e social manteve-se, chamado, pelos moldes de produção capitalistas, de sistemas de produção rudimentares (Mello, 2003).

O fim da década de 1980 foi marcado pelo início da mudança deste paradigma, em que a participação e os espaços mais democráticos começaram a ser determinados pela sociedade. As mudanças, mesmo sendo interessantes, não resultaram em melhorias imediatas, pois muitos dos pequenos produtores ou camponeses já haviam se distanciado do meio rural e de suas atividades ou já tinham outra relação com a terra, que muitas vezes, já não era de posse e sim de trabalho temporário, ou empregado.

Como ressalta Miller (1990), as transformações ocorridas devido à modernização não trouxeram uma melhor qualidade de vida para grande parte da população rural. Gerou sim, foi uma “pobreza moderna”, marcada pelo subdesenvolvimento social. É o caso de milhões de pequenos produtores que não conseguiram se “modernizar” e foram excluídos do processo produtivo.

Segundo Graziano da Silva (2002), a década de 1980 foi marcada pelo surgimento do “novo rural”, composta de três grandes grupos dominantes de atividade: a agropecuária moderna, diretamente ligada às agroindústrias; o uso do espaço rural para um conjunto de atividades não agrícolas, como lazer, moradia, atividades industriais e de prestação de serviços e uma série de “novas” atividades agropecuárias específicas.

A década de 1990 foi marcada pela necessidade de mudança do papel do Estado e das políticas públicas adotadas até então, políticas essas que se mostraram incapazes de promover o desenvolvimento rural em todas as suas esferas. Martin (2000) considera que o “pensar” de um novo desenvolvimento rural é o grande desafio, pois obriga a uma releitura crítica das teorias, dos modelos dos comportamentos e da gestão das políticas passadas com relação às pequenas propriedades.

Iniciou-se, deste então, um processo descentralizado de ação, baseado no desenvolvimento local, mudando o rumo das políticas públicas que se baseavam no produtivismo reducionista, pelo enfoque de sustentabilidade. O foco passou a

ser as pequenas propriedades que até então, viam-se fadadas à estagnação ou ao desaparecimento.

Essa mudança de valor e a forma como elaboradores de políticas públicas e os demais produtores rurais avaliavam a importância das pequenas propriedades são evidenciados pelas diversas pesquisas no meio rural. Segundo Ieno & Bamat (1998), cerca de 50% de toda a produção dos alimentos básicos e da produção animal do Brasil é realizada na propriedade de exploração familiar, ou seja, de pequeno porte.

Confirmando essa análise, os estudos feitos pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) atribuíram à agricultura familiar grande parte da responsabilidade pela distribuição de renda e emprego no meio rural, aumentando ainda mais a importância e necessidade das famílias que tiram seu sustento da terra em pequenas propriedades. Segundo dados do Pronaf (2006), são as pequenas propriedades de agricultura familiar as responsáveis pela maior parte da alimentação e dos empregos no meio rural atualmente. A agricultura familiar compreende a 30% da área total dos estabelecimentos rurais e ocupando 77% do total de pessoas que trabalham no campo, ou seja, mais de 13 milhões de trabalhadores, produzindo 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional. Nessas propriedades são produzidos aproximadamente 25% do café, 31% do arroz, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 24% da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 59% dos suínos e 40% das aves e ovos.

Esses resultados sugerem que as atividades em pequenas propriedades, além de representarem um setor econômico vigoroso, é um importante instrumento de inclusão social e distribuição de renda, dois dos principais problemas do Brasil. Graziano da Silva (1996) enfatiza a necessidade de se priorizar a atenção para a manutenção do emprego rural e da sobrevivência de pequenas propriedades rurais, principalmente pela importância social destes.

Apesar de se admitir a pequena propriedade no meio rural como parte fundamental no processo de produção e sustentabilidade, cada vez mais se torna difícil, para estes produtores, conseguir seu sustento por meio apenas da agricultura, pois as leis de mercado mundiais impõem a necessidade de grandes produções para continuar a competição no mercado produtor, em que a agroindústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo do meio rural (Kageyama et al.,1990).

Nas últimas décadas, essa série de exigências levou à necessidade de reorganização do meio rural, modificando sua característica principal, a existência essencialmente agrícola. A nova referência de espaço rural passa a ser, então, um território de produção e de consumo da sociedade urbano-industrial, uma referência de local ideal para se viver e um refúgio dos problemas da vida urbana. Em consequência, surgem as novas formas e oportunidades de exploração, como o lazer, os hotéis-fazenda, o turismo ecológico, o artesanato rural e a pequena agroindústria familiar, que fazem parte desse novo processo de sustentação do desenvolvimento (ROQUE, 2002).

Esse “novo mundo rural” resgatou diversos elementos que estavam abandonados ou adormecidos no meio rural, como a valorização de elementos da cultura, como a comida farta e de sabores inconfundíveis, a música caipira tradicional, os famosos “causos”, entre outras características que fazem parte da tradição cultural do meio rural.

Essa nova atividade rural que abre espaço para visitas em fazendas históricas, ou sítios com características peculiares, possibilita também ao turista almoçar em um restaurante rural que serve comidas típicas; passear numa propriedade rural que produz café, ou seja, acompanhar o processo de produção do café, ouvir as histórias a respeito, saber das culturas, das técnicas, passear a cavalo etc. Pode-se também fazer a mesma visita a um curral de vacas ou cabras leiteiras, assistir e participar da ordenha, tomar leite ao pé da vaca ou cabra ao

natural, com café, com mel, com conhaque ou mesmo tomar um simples e farto café caipira. Essas novas atividades geram receita de turismo para a propriedade rural, que também podem ser acompanhadas da venda de doces, queijos, quitandas, frutas, frango caipira, ovos caipiras etc.

A também a possibilidade de visitas a cachoeiras e rios, passar uma tarde em um pesque-e-pague ou pesque-e-solte, visitar a produção de cachaça ou mesmo vinho artesanal e apreciar as paisagens bucólicas dos vales, montanhas e da natureza sempre presente no meio rural.

Para Graziano da Silva (1998 p.13), *apud* Flores & Macedo (1999), essas novas oportunidades demonstram que o mundo rural vem sendo valorizado por uma nova face, a de um produtor de “bens não tangíveis”, tais como a paisagem e o lazer, ao lado dos tradicionais produtos agropecuários e de novos produtos agrícolas. Essas mudanças contribuíram também para a nova leitura do espaço rural pelos formuladores de políticas públicas que antes o consideravam importante fundamentalmente para a produção agrícola. Essas novas atividades passam, então, a ser vistas como formas estratégicas de ocupação e renda para segmentos da população que lá vivem e que, em geral, não têm a qualificação necessária para migrarem e conseguirem novas ocupações em grandes centros urbanos.

Tais fatos sustentam também a discussão sobre o papel das pessoas envolvidas no processo produtivo rural, muitas vezes desvinculadas totalmente da produção de alimentos ou agrícola, atividade antes tradicional do meio rural. Graziano da Silva et al. (1997) afirmam que essa mudança não é exclusiva do Brasil, mas de outros países também. A tendência de descaracterização agrícola do meio rural iniciou-se antes nos países desenvolvidos, onde o mundo rural deixou de ter, como única ou principal fonte de desenvolvimento e renda, a produção agrária.

Segundo a Pesquisa Nacional Aplicada a Domicílios - PNAD (1995) citada por Flores & Macêdo (1999), que estudou a população economicamente ativa no Brasil, as novas realidades do meio rural são: dos 7,5 milhões de domicílios rurais identificados pela PNAD, 40% eram com pessoas pluriativas, 23% com pessoas que realizam atividades no meio rural e também no meio urbano, 17% com pessoas realizavam apenas atividades não-agrícolas. Subentende-se que o meio rural ainda é predominantemente agrícola, pois 75% das famílias que exercem apenas atividades agrícolas residiam em zonas rurais. Em 1990, a renda média rural proveniente das atividades não-agrícolas foi 32% maior que a média proveniente das atividades agrícolas; entre 1992 e 1995, as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural aumentaram 10% ao ano.

De acordo com dados do IBGE (Censo Demográfico, 2000), no Brasil, aproximadamente 32 milhões de pessoas são residentes no meio rural e, destas, 13 milhões são consideradas economicamente ativas. Um terço deste universo está em ocupações não-agrícolas e no setor de serviços, em que se inclui a atividade de turismo rural.

Essa realidade é reforçada quando se compara o Censo Demográfico de 2000 com a PNAD realizada em 1999, quando havia quase 15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro.

O fato de as ocupações agrícolas serem as geradoras de menor renda no meio rural sugere que não se pode considerar a produção agrícola como única fonte geradora de sustentabilidade do homem no campo.

O crescimento das ocupações não-agrícolas no meio rural pode ser justificado por fatores, como:

- a simplificação das tarefas agrícolas, principalmente pela mecanização: antes, necessitava-se de um número mais expressivo de trabalhadores braçais, ocupando grande parte das pessoas;
- o crescimento de atividades sem ligação com a produção agrícola no meio rural;
- as transferências sociais como aposentadorias e pensões, para os que não conseguem emprego nesse novo mundo rural.

Portanto, sugere-se que as atividades que promovem a permanência das pessoas no campo não são mais apenas as agropecuárias, mas também as ocupações não-agrícolas, uma vez que cerca de um milhão e meio de pessoas residentes em áreas rurais no país encontram-se em ocupações diversas das atividades agrícolas (Graziano, 1996).

Segundo Bricalli & Almeida (2002), os maiores interessados em novas formas de ocupação no meio rural são as famílias rurais, que buscam diversificar as atividades para resolver os graves problemas econômicos que os afetam.

3.2 Turismo e o desenvolvimento sustentável

As dificuldades que fazem parte da realidade do meio rural, como aumento do êxodo rural, diminuição de mão-de-obra contratada agricultura em tempo parcial, podem ser minimizadas por fatores que possibilitam a integração da atividade agrícola com outras atividades, como, por exemplo, o turismo no espaço rural.

Estratégias como esta oferecem ao produtor uma alternativa econômica complementar à agricultura e, se implantadas de forma responsável, auxiliam na preservação ambiental e geração de empregos, ou seja, contribuem para a retomada do desenvolvimento, e ainda de forma sustentável.

Graziano da Silva (1993, p.190), *apud* Froehlich & Rodrigues (1998), sugere uma revisão teórico-metodológica renovada sobre esse espaço social, afirmando que:

“é preciso ampliar a velha noção de setor agropecuário para além das atividades produtivas tradicionais (...) e incluir no espaço agrário a produção de ‘serviços’ (tais como: lazer, turismo, preservação do meio ambiente, etc.) e de bens não-agrícolas (...)”.

Essas novas formas de “uso” do meio rural proporcionam a conscientização dos camponeses sobre novas fontes geradoras de renda, a melhoria das propriedades e também a busca de um desenvolvimento sustentável do meio rural.

O enfoque de sustentabilidade é algo relativamente novo nas discussões sobre desenvolvimento, principalmente em países subdesenvolvidos. A mudança do paradigma relacionado à forma de desenvolvimento, à qual a grande maioria do mundo se moldava, iniciou-se na década de 1970, para tentar equilibrar as controvérsias entre o crescimento econômico e o meio ambiente. Esse novo sistema de desenvolvimento foi proposto pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e foi denominado desenvolvimento sustentável, baseando-se na prerrogativa de *“(...) atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades”* (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p.46).

Segundo Romeiro (2003), esse conceito foi criado sob princípios mais antigos do chamado ecodesenvolvimento, cuja autoria até hoje não foi reconhecida. Existe apenas uma concordância geral em atribuí-lo a Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris, porque o mesmo já propunha uma nova maneira situar o ser humano na natureza.

Essa proposta de desenvolvimento tomou força após a publicação do relatório do Clube de Roma, que pregava o crescimento zero. Esses alegavam que, se ultrapassada a “capacidade de carga” (*carrying capacity*) do planeta Terra, as conseqüências seriam drásticas, como grandes catástrofes ambientais. Como é pouco provável que o ser humano consiga conhecer a capacidade de carga do planeta Terra com precisão, foi necessário adotar uma maneira precavida de agir, sem esperar que o pior aconteça, equilibrando objetivos sociais, ambientais e econômicos. Essa foi a temática principal na Cúpula da Terra e reafirmada pela Agenda 21, atribuindo, assim, aos princípios da ecologia, a essência do desenvolvimento econômico (Romeiro, 2003).

Segundo Ruschmann (1997), foi à primeira vez, na história da humanidade, que um conceito que tenta dar uma resposta integral para os problemas do desenvolvimento, da ecologia, da pobreza, da distribuição de riquezas e das sociedades civis foi aceito por todas as correntes políticas, éticas e geográficas. Esse relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente, chamado de relatório Brundtland ou “Nosso futuro em Comum”, rejeita o posicionamento do não crescimento dos países, principalmente os subdesenvolvidos, que não podem esperar pela implantação de políticas ambientais definitivas enquanto não tiverem atingido um nível de vida razoável para suas populações.

No entanto, embora seja explícito que a essência do debate ambiental está justamente em repensar a própria ética antropocêntrica, que guia a humanidade a uma relação individualista com a natureza e com os outros seres, a incorporação dessa proposta mais totalizadora tem sido, na maioria das vezes, reduzida apenas aos discursos. Apesar de ser fato que tais mudanças precisam ser implantadas, as medidas para conter esse processo de degradação acelerado ainda se encontram isoladas e sem o apoio efetivo das grandes potências econômicas mundiais, responsáveis por uma parte considerável dos poluentes.

Para mudar esse processo de autodestruição, o ser humano tem que usar de todo o conhecimento acumulado e desenvolvimento tecnológico, principalmente para tentar reverter essa situação. Branco (1997) explica que só o homem poderá reverter a situação em que se encontra o mundo, pois é o único ser que, além do ambiente físico, químico e biológico, possui também o ambiente cultural, que pode ser focalizado na busca de um futuro mundial melhor. Por isso, é imprescindível a mudança efetiva nas formas de uso da natureza, para que se possa pensar e agir por um mundo melhor para todos. sendo necessária uma ação conjunta entre os diversos setores da economia e poderes públicos mundiais, para esse repensar da vida na Terra.

É nesse contexto que pode-se sugerir o turismo como um dos segmentos da economia que possuem a característica de fazer convergir todas as atenções para esta causa, e acontece no momento mais exclusivo e valorizado do ser humano, seu tempo livre.

Autores como Petrocchi (2001), Beni (2001), Barreto (2000), Ruschmann (1997) e Ignarra (1999) consideram evidente o resultado que a atividade de turismo traz para a economia e para o desenvolvimento da região ou país onde ele é implantado de forma sustentável. Isso acontece pelo efeito multiplicador da atividade, resultante do processo de planejamento da forma como serão utilizados os recursos, além dos benefícios em infra-estrutura e estrutura turística, fazendo interagir o social com o desenvolvimento regional, obtendo resultados consideráveis na busca da sustentabilidade das localidades que o utilizam como instrumento de desenvolvimento.

Fatores como os citados acima são de fundamental importância para quem busca, na atividade turística, um aporte para o desenvolvimento e sustentabilidade do meio rural.

3.3 O turismo sustentável e o turismo no meio rural

Turismo, termo que surgiu no século XIX, é o nome dado a um sistema de serviços com o intuito de receber pessoas e ou grupos, oriundos de suas localidades residenciais para recreação, conferências e reuniões, passeios ou negócios, nas quais utilizam infra-estrutura adequada para recepção, hospedagem, consumo e atendimento (Ignarra, 1999)

O turismo, de maneira geral, possui um rápido índice de crescimento, o que pode transformá-lo em um setor estratégico como fonte geradora de emprego e receitas.

Segundo Ruschmann (1997), os principais fatores que, atualmente, motivam o ser humano às viagens de turismo são:

- aumento do seu tempo livre, em consequência da racionalização e do aumento da produtividade nas empresas e, conseqüentemente, da diminuição da jornada de trabalho;
- o avanço da tecnologia, aumentando, assim, a produtividade e reduzindo os custos de produção, destacando-se o aumento da produção de automóveis, elevando o grau de movimentação das pessoas;
- o aumento na renda de algumas camadas da população;
- o desenvolvimento das empresas prestadoras de serviços turísticos;
- a difusão de novos locais e diferentes culturas por meio dos sistemas de informação;
- a simplificação das formalidades aduaneiras;
- o aumento da urbanização como consequência da industrialização; e
- a falta do “verde” e os impactos psicológicos da vida urbana.

Para se buscar a sustentabilidade da atividade de turismo, é de vital importância que ela fomente a inclusão social local, respeite à autenticidade cultural, promova a conservação do meio ambiente e prime pela qualidade dos serviços e parcerias. Caso contrário, a atividade pode levar ao esgotamento dos recursos naturais, à descaracterização do patrimônio cultural e à desestruturação da rede social. Esses princípios, aplicados à atividade turística, são denominados de turismo sustentável, e fazem da atividade um importante instrumento para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo.

Segundo Ruschmann (1997), o turismo sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e à aspirações humanas. Outro conceito, o adotado pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), no ano de 1993, define o turismo sustentável como aquele que atende às necessidades presentes, sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades. É aquele que presa pelo equilíbrio entre o desenvolvimento e a proteção do ambiente, pela uma distribuição de responsabilidades equitativas e claramente definidas com relação ao consumo e ao comportamento em relação aos recursos naturais.

Dentre os segmentos do turismo, destaca-se, no Brasil, o turismo no espaço rural, considerado como o segmento que mais cresce no país (Brasil, 2003). Segundo dados da Organização Mundial do Turismo - OMT (2003), essa atividade representa 30% do faturamento no setor turístico na América Latina.

O turismo no meio rural surgiu, portanto, como uma alternativa para as políticas e planos públicos, buscando a sustentabilidade do homem no campo, a diminuição de desemprego no setor e a redução do êxodo rural, da desigualdade

social e da degradação ambiental, suprimindo também a falta de apoio governamental, que marcou décadas da história do Brasil.

Dentro do segmento de turismo no meio rural existe um conflito entre definições conceituais sobre a atividade. Anteriormente à criação das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, do Ministério do Turismo, em 2003, havia apenas um conceito adotado pela Embratur, órgão responsável na época pelo turismo do país, que definia apenas turismo rural. (Brasil, 2003).

Turismo rural é:

“o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (EMBRATUR, 1994 p.7).

Esta definição compreendia o turismo rural desenvolvido apenas em propriedades rurais produtivas, onde o enfoque principal era resgatar as origens culturais, o contato com a natureza e a valorização da cultura local.

Essa interpretação pontual do turismo no espaço rural denominado de turismo rural deixou uma série de brechas na conceituação, levando a outras definições de modalidades de turismo no espaço rural.

Oliveira (1999), considera que o turismo no espaço rural envolve qualquer atividade de lazer e turismo em áreas rurais, também com outras atividades não relacionadas com propriedades agropecuárias produtivas ou com a produção agropecuária.

Rodrigues (2000, p.54) o turismo rural é “correlacionado à atividades agrárias passadas e presentes que conferem a paisagem sua fisionomia nitidamente rural, diferenciando se das áreas cuja a marca persistente é o seu grau de naturalidade, relativo a ecossistemas ricos em biodiversidade”.

A necessidade de se definir as diversas formas de turismo no meio rural, para facilitar o investimento e a promoção dos mesmos e também para definir o produto que o cliente (turista) estaria “levando”, quando buscasse a atividade, levou o Ministério do Turismo a definir e a dividir as atividades em dois grupos: turismo rural, que manteve a definição da EMBRATUR e turismo no espaço rural ou espaço natural.

O turismo no espaço rural ficou definido, segundo o Ministério do Turismo, Brasil (2003), como sendo:

“toda atividade praticada no meio não urbano, que consiste em atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, ecoturismo, turismo de aventuras, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não” (Ministério do Turismo, Brasil, 2003 p.11).

Apesar destas definições abrangerem todos os segmentos de turismo no espaço rural, conceituações como agroturismo (conceito este introduzido no Brasil, trazido da Itália, onde é utilizado desde a década de 60, Desplanques, 1973) e ecoturismo são muito utilizadas, pois representam segmentos de grande ascensão e características distintas.

Agroturismo segundo Filho (2000 p. 7) é a “modalidade de turismo que tem por finalidade mostrar e explicar ao turista todo o processo de produção das fazendas agropecuárias. Portanto, as propriedades rurais que praticam o agroturismo somam as suas atividades convencionais outras atividades relativas à hospedagem de visitantes interessados em conhecer o dia-a-dia de uma fazenda”.

Ecoturismo segundo a EMBRATUR (1994 p.19) é o

“segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a

formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas".

A atividade de turismo no espaço rural seja em qualquer de suas conceituações, se fomentada de forma adequada, como mais uma fonte de renda agregada à produção já existente, tem a possibilidade de gerar benefícios sociais, culturais e econômicos, por meio da combinação de novos serviços no meio rural, como alimentação, entretenimento, hospedagem e comercialização de produtos produzidos na propriedade. O produtor rural gera renda em atividades que antes não entravam na relação de produtos comercializáveis das propriedades. Outra característica é valorizar a proteção ambiental e a conservação da cultura e do patrimônio histórico do meio rural, que são considerados os atrativos para a manutenção dessa atividade.

Essas alternativas têm o caráter de diversificar a fonte de renda do produtor rural, minimizando a pressão que ele recebe do mercado, que exige cultivos em sistema de monocultura, em grandes extensões de terra, que se fazem obrigatórios para seu sustento da agricultura (Rodrigues, 2001).

Apesar de o segmento de turismo no espaço rural ser considerado relativamente novo no país, com pouco mais de 20 anos, muitas iniciativas surgiram para a sua implantação em diversas regiões. Tais iniciativas foram motivadas por fatores, como necessidade do pequeno e médio produtor rural, de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos e do desejo, dos moradores de centros urbanos, de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com o modo de vida no campo, com as tradições, os costumes e as formas de produção das populações do interior e da beleza cênica do nosso país. No sudeste, outros fatores também auxiliam na escolha da atividade de turismo no espaço rural, como a proximidade dos grandes centros urbanos emissores de turista, aliada à facilidade de acesso, às tradições culturais ainda preservadas, à

hospitalidade do povo e ao patrimônio histórico de fazendas centenárias (Roque, 2001).

Para Mattei (2000),

“o espaço rural, além de oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, oferece também a possibilidade de combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas”.

Para tanto, cita as “novas funções” e as “novas atividades” que se expandiram pelo meio rural, destacando-se as atividades de lazer e de turismo (pesque-pague, hotéis-fazenda, pousadas, chácaras de final de semana, etc.), de preservação ambiental e de produção artesanal que se incorporaram ao cotidiano da vida rural. Ressalta também que o turismo pode ser uma atividade econômica relevante na busca de melhoria nas condições de vida dos agricultores familiares, diversificando as formas de trabalho e ampliando os níveis de renda.

Algumas dessas atividades de lazer no meio rural sempre foram realizadas sem o caráter de atividade econômica, levando, muitas vezes, a dúvida do potencial da atividade como fomento econômico. Mesmo assim, muitas dessas atividades prosperaram e começam a ter destaque na vida das pessoas que vivem no campo, tornando-se uma fonte de renda complementar, caracterizando o que alguns autores conceituam como “novo rural”.

Segundo Bravo (2002), o turismo no espaço rural se tornou um importante aliado na recuperação da auto-estima do pequeno lavrador, de seus familiares e agregados, e na indispensável tarefa de estimular o associativismo nas comunidades rurícolas.

As principais atividades que caracterizam esse “novo rural” são o setor de serviços, com as atividades comerciais distribuídas em restaurantes, hospedagens e produção de artigos artesanais. Pode-se perceber que grande parte das atividades citadas associa-se ao turismo desenvolvido no espaço rural, como

as chácaras de pesca e lazer, os campings, a prática de esportes radicais e náuticos, a observação de animais, o aluguel de ranchos, os hotéis-fazenda e os fazenda-hotéis. Estas atividades surgem como alternativa para o desenvolvimento econômico dos proprietários rurais e atende a uma necessidade da população urbana de consumir espaços “diferentes”, ou seja, as paisagens naturais, a cultura e os respectivos modos de vida do meio rural.

O crescimento da procura por atividades no meio rural, que colocam o homem em contato direto com a natureza, decorrem do modelo de vida adotado a partir de meados do século passado, pelas denominadas populações urbanas. Essas populações, via de regra, são descendentes de famílias rurais que migraram para as cidades em busca do conforto, segurança e melhoria de vida, distanciando-se da natureza e de seu modo de vida natural, onde homem e natureza se complementavam.

A procura por essa atividade turística que une o “mundo urbano/moderno” e o “mundo rural” tem diversas elucidações: a tendência mundial pela proteção da natureza e maior contato com esta do mundo moderno, a necessidade da busca do lúdico no tempo livre do cidadão e a necessidade de vivenciar as experiências de nossos ancestrais.

Carneiro (1997), *apud* Froehlich & Rodrigues (1998), aponta, nesse sentido, o resgate da memória cultural por grupos em espaços locais, onde voltam a ser valorizados brincadeiras, festas, jogos, etc., de matriz *folk* ou “camponesa”, ou, mesmo, na própria esfera produtiva rural, sobre a “valorização” do trabalho artesanal (vinho colonial, gêneros alimentícios característicos do local, peças de artesanato, etc.) e das condições de trabalho “tradicionais” (mão-de-obra familiar, tração animal, carro-de-boi, transporte a cavalo, etc.).

A antropóloga portuguesa Sandra Nogueira (2001) corrobora com essa linha de pensamento quando afirma que “*o tradicional e o moderno caminham de mãos dadas (...) e o Turismo Rural é uma excelente forma de afirmação cultural,*

e através dele a preocupação de se manter certa identidade local e regional”, auxiliando, assim, em um desenvolvimento sustentável.

Essas atividades de lazer desenvolvidas no espaço rural, onde o turismo rural se enquadra, têm que possuir as características e a ruralidade local, mas também um atendimento à altura das necessidades, pois é natural do ser humano a busca por melhor atendimento e acolhida em seu tempo fora de sua residência e local de convívio habitual.

Para Beni (2001), a satisfação que o turista procura por meio do consumo de bens e serviços turísticos passa pela aquisição de experiências muito diversificadas, encontradas no consumo de diferentes componentes do produto. No turismo rural, por exemplo, o turista se beneficia das características do modo de vida do meio rural, que se assemelha com a maneira de viver dos seus antepassados, dentro do contorno da vida atual, na busca do novo por meio do diferente.

Como nos outros segmentos do turismo, para melhorar as chances de sucesso desse novo tipo de empreendimento, é necessário que os agentes responsáveis pela sua elaboração e efetivação busquem, além da participação da população local, um produto que seja atraente, diversificado.

A grande maioria das propriedades no espaço rural que necessitam da diversificação de renda é de pequeno e médio porte; e em geral, possuem um número limitado de atrativos (individualmente), e também de recursos para investimento. Esse panorama, aliado à dificuldade de acesso às comunidades rurais, geralmente mais afastadas da cidade, aumentam a possibilidade de insucesso da atividade de turismo nas propriedades. No entanto, si associadas, tais propriedades podem melhorar as possibilidades de atrair visitantes, ampliar representatividade junto a diversos setores da economia e autoridades municipais, bem como atrair novos empreendedores, agências e operadoras de turismo que invistam na propaganda do produto turístico rural.

No Brasil, existem diversos projetos, originados de parceria entre o poder público, organizações não-governamentais e proprietários, para a organização e a capacitação das localidades para a prática do turismo. São projetos de âmbito nacional, com orientações voltadas para o desenvolvimento e a auto-sustentabilidade das próprias regiões. Dentre esses projetos, podem-se citar o “Plano Nacional de Turismo” (2003 - 2007) e seus programas específicos, como o “Programa Brasileiro de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”, que visa à descentralização, à padronização e à criação de critérios orientadores, para diferentes atividades dos segmentos turísticos.

A meta principal, no segmento de turismo no meio rural, é a melhoria das condições de vida local, principalmente de pequenas e médias propriedades, por meio do desenvolvimento dos potenciais turísticos e da participação comunitária de proprietários (MT, Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, 2003).

Essa nova forma de buscar o desenvolvimento por meio da gestão coletiva do turismo no espaço rural, em que uma pequena propriedade se junta à outra para a formação de um produto turístico, sucumbiu na formatação de diversos roteiros turísticos rurais. Nos projetos, destacam-se a aproximação dos processos de decisão pela comunidade, mediante a descentralização do poder político e a construção de arenas públicas que incorporem a sociedade civil organizada, pressupondo-se que, dessa forma, serão adotadas políticas públicas mais eqüitativas.

Amâncio (2005) analisa o Estado como elemento fundamental nessa mudança que tem como objetivo principal a erradicação da pobreza e da exclusão social, mas considera que, somente por meio de projetos que proporcionem o “empoderamento” da população, pode-se mudar, efetivamente, essa política fundamentada no sistema capitalista regido pelas relações de mercado. Essa mudança, segundo a autora, requer a reforma de valores morais e de organização

social e não é aprendida em cursos e nem panfletos comunicativos, mas requer tomada de decisão.

3.4 Ações no Brasil para o desenvolvimento sustentável por meio do turismo

Diversas ações já acontecem no Brasil para a busca dessas mudanças na esfera governamental ou não governamental que levem ao desenvolvimento sustentável.

Um exemplo desse fenômeno está nas ações e propostas, feitas pelo poder público e privado, nos diferentes segmentos do turismo no Brasil, para que as atividades se desenvolvam de forma equitativa. Na esfera governamental, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil propõe o ordenamento da atividade turística no país, com ênfase no planejamento integrado e no desenvolvimento regionalizado. Essa proposta tem como objetivo principal transformar as ações centradas na unidade municipal numa política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, planejar e coordenar, de forma articulada e compartilhada, o processo de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional (EMBRATUR 1994).

Na esfera não governamental, associações e o terceiro setor, especificamente as ONGs, mobilizam-se para buscar novas formas de explorar os atrativos turísticos, de forma sustentável, aumentando, assim, os postos de trabalho e renda e, conseqüentemente, diminuindo as desigualdades sociais locais.

Sen (1997) *apud* Amâncio (2005), analisa a intervenção de atores de fora do processo, seja do primeiro, segundo ou terceiro setor, como catalizadora do processo, gerando o “empoderamento” das pessoas envolvidas. Para elas, o “empoderamento” pode acontecer intermediado por diversas organizações, entre elas:

- por ONGs: estas instituições são as que têm as mais inovadoras metodologias intervencionistas sobre o empoderamento, o que é facilitado pela proximidade com os grupos de trabalhadores. Essa sinergia entre ONG e os grupos enriquece muito o processo e fortalece a confiança mútua. No entanto, existem limitações, como a capacidade de sustentabilidade do processo com a saída do agente interventor e, principalmente com a falha da endogenia. O processo funciona bem apenas naquele contexto. Caso algo o modifique, já não existem mais garantias de continuidade;
- por movimentos sociais: o empoderamento acontece por meio de membros da própria comunidade, e o agente interventor pertence ao próprio grupo. Isso afasta o fechamento em si, ou a endogenia. pois, para que as situações se modifiquem, são necessários diálogos com agentes externos, tal como o Estado e a própria sociedade civil. Se essas atividades interventoras obtêm sucesso, a replicação para outras esferas e localidades é o caminho natural;
- por ONGs e governos: o processo de empoderamento que envolve essas duas instituições como parceiras pode apresentar resultados interessantes, como tem sido o ponto de vista de legitimação das ações e da facilitação ao acesso a recursos. Porém, essa parceria pode trazer complicações de prestação de contas ao poder público local na forma de pressão por ações orientadas por minorias, cooptação e burocratização dos processos.

Entretanto, Romano (2002) *apud* Amâncio (2005), considera que só há sentido na abordagem do empoderamento se implicar no desenvolvimento das capacidades de os sujeitos sociais criarem condições para transformar as relações de poder que limitam o acesso às relações mais igualitárias nas esferas sociais. O

grande interesse, principalmente no âmbito governamental, pelo turismo como fator de desenvolvimento, fundamenta-se na percepção de que o turismo depende essencialmente da preservação da cultura local, do seu ambiente natural (sua atratividade), da melhoria de infra-estrutura e da comercialização e da propaganda do local onde é inserido como atividade. Esses fatores são entendidos como forças motrizes do turismo que motivam a vinda de visitantes e, conseqüentemente, de recursos econômicos e desenvolvimento para o local. No espaço rural não é diferente; as experiências de implementação do turismo no espaço rural vêm ganhando cada vez mais espaço, como propostas para o desenvolvimento local. Para Cavaco (2001, p.98):

“O desenvolvimento local assenta na revitalização e diversificação da economia, capaz de atrair população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as aldeias, de assegurar melhores condições de vida (...). Combinam-se freqüentemente propostas de valorização de produtos agrícolas - como produções de qualidade intrínseca, natural ou pelas condições de fabrico e transformação: biológicos, caseiros, tradicionais, específicos, regionais e locais – com planos de desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo e à cultura”.

O desenvolvimento de projetos em atividades não-agrícolas, tais como o turismo rural, artesanato e agroindústria familiar, objetiva o conhecimento das riquezas locais, buscando a geração de renda e a conservação da natureza e o próprio desenvolvimento pessoal, pois essas atividades promovem o crescimento e o desenvolvimento das pessoas. A agroindústria familiar possibilita também a maximização das cadeias produtivas locais, incentivando a capacitação técnica local da mão-de-obra familiar.

Tais efeitos geradores de desenvolvimento só são possíveis quando o local onde esses estão sendo propostos estiver sintonizado com o interesse da

população, pois a motivação e a participação pró-ativa dos moradores locais são de fundamental importância.

3.5 Grupo social, questões associativistas e motivações da ação coletiva para o desenvolvimento sustentável

A discussão sobre as ações coletivas, o associativismo e o cooperativismo não é algo novo nos estudos na área de ciências sociais. Os estudos de cooperativismo e associativismo, em sua grande maioria, enfocam o desenvolvimento econômico por meio da associação de produtores agrícolas e os estudos sobre ação coletiva analisam os indivíduos em relação às suas organizações de trabalho.

Segundo Alencar (2001), uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede de sistemas sociais pode ser entendida como um grupo social. Esta interação é dada de acordo com os padrões e normas de comportamento elaborados pelo grupo.

Para ser considerado um grupo social existe a necessidade de haver três características: pluralidade de pessoas, interação definível e os envolvidos precisam possuir um senso de solidariedade, em que todos visem um objetivo em comum, defendendo o motivo de estarem em coletivo. Existem também outras formas de agregação humana, não sendo consideradas grupo social, mas categorias ou agregados estatísticos (Bertrand, 1973).

Esse princípio da ação coletiva também é motivado pela necessidade de agir em grupo, quando duas ou mais pessoas se unem para conseguir atingir um objetivo final comum.

Verhagem (1984), *apud* Miranda (1998), definiu uma sociedade cooperativa como uma associação de pessoas, usualmente com recursos limitados, que se dispõe a trabalharem juntas de forma contínua, possuindo um ou mais interesses em comum. Por esse motivo, formam uma organização

democraticamente controlada, na qual os custos, riscos e benefícios são equitativamente divididos entre os membros. Esse autor considera que o principal objetivo da promoção do cooperativismo deve ser, em primeiro lugar, dirigido para a organização dos pequenos produtores em “grupos funcionais” (grupos informais ou não oficializados), orientados para a consecução de objetivos em comum. Entretanto, Alencar (2001) alerta que isso não impossibilita a existência de dominação, manipulação subserviência e conflitos entre membros de um grupo.

Para Olson (1999), a coletividade acontece diante apenas da necessidade de trabalhar associado a outras pessoas, onde o indivíduo avalia as possibilidades para alcançá-la. Constatando a possibilidade de atuar coletivamente, o indivíduo irá analisar qual ação é mais vantajosa. Nesta avaliação, o indivíduo considerará as vantagens e desvantagens da cooperação, verificando se é mais vantajoso agir de forma cooperada ou isoladamente. Caso julgue ser mais vantajoso, ele se juntará ao grupo e usufruirá dos benefícios coletivos; caso contrário agirá isoladamente. O autor defende que o indivíduo só vai agir coletivamente após verificar, em um processo de escolha racional instrumental, que esta iniciativa lhe trará mais vantagens, e optará pela cooperação apenas se esta ação lhe trouxer ganhos. Portanto, desconsidera-se qualquer influência de aspectos substantivos, como solidariedade e afetividade.

Entretanto, nem todos os estudiosos sobre o tema consideram que essa ligação seja apenas motivada pelas vantagens individuais que o indivíduo consegue quando trabalha coletivamente.

Segundo Bertrand (1973), membros de um grupo possuem um sentimento de identidade comum ou uma similitude de interesses que levam à distinção dos seus direitos e obrigações dentro desses grupos.

Douglas (1999) corrobora com esse pensamento alegando que muitos indivíduos optam em cooperar, mesmo que não tenham ganhos efetivos, mas sim

em função do sentimento de solidariedade institucionalizado nos seres humanos. A referida autora critica o pensamento de Olson, dizendo que ele não leva em consideração as condições nas quais os indivíduos são impelidos a tomarem decisões. Para ela, os indivíduos não possuem outra forma de tomar as grandes decisões a não ser na esfera das instituições, que constroem a percepção do indivíduo.

Alencar (2001) acredita que, mesmo existindo um sentimento de identidade comum e similaridade de interesses, não significa que os indivíduos não exerçam dominação, manipulação subserviência ou mesmo conflito entre os grupos.

Por mais que se busque negar, a escolha racional instrumental também é influenciada pelos aspectos cognitivos. Percebe-se que as idéias de Olson e Douglas se relacionam com a Teoria Institucional. Boschi (1991) afirma que: “*a Teoria Institucional é uma área nebulosa de elaboração teórica na análise dos movimentos sociais contemporâneos*”. Mas, numa perspectiva organizacional, pode-se dizer que a Teoria Institucional envolve o indivíduo, a organização e o ambiente, exercendo influências entre si. As influências são interpretadas de acordo com os valores e as crenças institucionalizados nos indivíduos ou nas organizações, provocando mudanças e a institucionalização de novos valores.

Machado-da-Silva & Gonçalves (2000) afirmam que a análise do processo de tomada de decisão é função direta de uma tipologia que beneficia os esquemas interpretativos e de cognição dos indivíduos ou grupos organizacionais. A partir desse processo, surgem novos valores e, conseqüentemente, mudanças nos indivíduos.

Olson (1999) destaca também que o indivíduo é extremamente racional e esse, por vezes, não age de forma cooperada, e denomina este indivíduo de *free rider* (carona), pois sabe que, participando ou não, desfrutará dos benefícios da coletividade. Um dos problemas de se conduzir qualquer estratégia junto ao *free*

rider é a possibilidade de ele desmotivar aqueles que até então estavam agindo de forma cooperada ou até reduzir o benefício coletivo. Olson (1999) acredita que o sucesso da ação coletiva tem relação como o tamanho do grupo e classifica os grupos em privilegiados, intermediários ou latentes. Os privilegiados são os grupos pequenos. Os latentes constituem os grupos formados por muitos membros. Já os intermediários não possuem um elevado número de participantes para se classificarem como latentes, mas também não são demasiadamente pequenos para serem privilegiados.

Para Olson (1999), os grupos com mais membros, geralmente, apresentarão menor eficiência do que os grupos com menos membros. Ele defende que, no grupo pequeno, todos se conhecem, logo se auto-regulam, fazendo com que sejam mais eficientes. Nos grupos latentes, o excessivo número de participantes faz com que eles não se conheçam bem, o que dificulta a formação de um sentimento de compromisso entre eles. Os grupos latentes têm um grande potencial de ação coletiva, mas que, para ser colocado em prática, depende da participação de todos.

O tamanho do grupo influencia no consenso entre os membros. Mas, ao contrário do que se pensa, este último não é garantia de eficiência na ação coletiva. Olson (1999) acredita que a ineficiência será menor em grupos compostos por membros de tamanhos, ou graus de interesse pelo benefício coletivo diferentes entre si. De acordo com Homans *apud* Olson (1999:69), os grupos menores são mais duráveis que os maiores. Portanto, pode-se concluir que o ponto ótimo de provimento do benefício coletivo se dará em grupos pequenos, compostos por membros com tamanho e interesses diferentes.

Contradizendo muitos dos propósitos de Olson, Douglas (1999) defende que nem sempre as sociedades pequenas constituem verdadeiras comunidades, ou seja, têm como princípio a confiança mútua. Acredita-se que os grupos pequenos

tenham maior possibilidade de alcançarem êxito. Contudo, o simples fato de terem poucos membros não garante esta condição.

Olson (1999) coloca a possibilidade do uso da coerção ou do incentivo coletivo como forma de promover a ação nos grupos. O incentivo coletivo constitui um ganho extra, ou seja, além do ganho principal. Os incentivos econômicos não são os únicos incentivos possíveis. As pessoas também podem se sentir motivadas por um desejo de prestígio, respeito e outros objetivos de fundo social e psicológico.

Do ponto de vista da participação, Olson (1999) classifica os grupos em inclusivos ou exclusivos. O grupo inclusivo é aquele em que o benefício não depende da participação de todos. Já no exclusivo, quem não participa também não ganha. Stassem, *apud* Gohn (2001:28), defende que, para haver participação, é necessário que os indivíduos se sintam úteis, sejam valorizados e tenham laços sociais consistentes. Percebe-se a coerção como meio de atingir a participação, uma prática contraditória, pois uma participação efetiva deve ser espontânea, sem pressão.

3.6 Estratégias de intervenção e intervenção participativa para melhoria do trabalho em grupo

Intervenção é considerada como forma, buscada por agentes externos, de conduzir projetos em núcleos comunitários. Segundo Alencar (2001), essas ações são conduzidas por agentes ou extensionistas que não pertencem ao núcleo comunitário onde acontece a ação.

Oakley & Garforth (1995), *apud* Miranda (1998), definem o trabalho de extensão como atividade de cooperação com famílias rurais, que tenha a intenção de aprimorar as condições econômicas e sociais por meio da capacitação para conduzirem o seu processo de desenvolvimento.

Segundo os mesmos autores, essas formas de intervenção podem ser distinguidas por duas formas de intervenção:

- extensão agrícola: ligada diretamente à assistência técnica na produção agrícola, com o objetivo de repassar aos produtores tecnologias inovadoras para melhorar a exploração da atividade;
- extensão não-agrícola: relaciona-se às atividades que não têm ligação direta com a produção agropecuária, mas que, de alguma forma, buscam o desenvolvimento da comunidade.

Alencar (1990) descreve a intervenção por dois formatos: o “tutorial” ou o “educativo”.

Na intervenção no formato tutorial, o objetivo do agente externo é orientar, no sentido de “introduzir” idéias, sem que haja a participação da população alvo e sua ação na formulação de tais “idéias”. Assim o conhecimento dos indivíduos, alvos das ações de intervenção, não é absorvido. Eles são considerados “consumidores de conhecimento” e não “produtores de conhecimento”. O conhecimento popular e a cultura regional são praticamente desprezados no processo de desenvolvimento (Alencar, 1990).

A participação, no caráter “educativo”, tem relação direta com a mudança de postura dos indivíduos alvos que, nessa concepção, trabalham proativamente no processo. Há também mudança de postura dos agentes interventores que assumem um caráter educativo de estimular a população a desenvolver a habilidade de diagnosticar e analisar seus problemas, escolhendo coletivamente meios para solucioná-los, executando as ações e avaliando-as, buscando, sempre que necessário, novas alternativas (Alencar, 1990).

Alencar (2001), Amâncio (2005), Furtado & Furtado (2000) e Miranda (1998) atribuem a criação dessa estratégia de intervenção, centrada na educação

participativa às idéias de Paulo Freire no final dos anos 1970, como sendo decisivas para a prática e a experiência de “conscientização” e “participação” na América Latina.

Paulo Freire (1972) reforça o “despertar” das comunidades rurais, pois a participação direta, trabalhada junto aos interventores envolvidos no planejamento, prioriza as ações e a execução propostas pela comunidade, baseadas nas necessidades e no conhecimento dos moradores para gerar o desenvolvimento.

A participação, conceituada aqui, envolve a criação de oportunidades concretas para as pessoas tomarem iniciativas, terem voz de decisão relativa ao desenvolvimento, melhorar em seu acesso aos meios de produção, incluindo a produção de conhecimento, e tomarem parte concreta nos benefícios do desenvolvimento (Furtado & Furtado, 2000).

Essa estratégia participativa é adotada como tentativa de inverter a antiga concepção de administração centralizada, na qual a comunidade recebia algum ensinamento que já vinha pré-estabelecido, como um “pacote fechado”, de um corpo técnico com conhecimento teórico do assunto, que nem sempre se adequava à realidade local.

Oakley e Marsden (1985) consideram a participação em projetos de desenvolvimento local como:

- o envolvimento dos indivíduos nos programas de forma voluntária, entretanto, sem participarem de sua elaboração;
- a sensibilização desses indivíduos, no sentido de repassar responsabilidades para opinar nas propostas e encorajando as iniciativas locais;
- o envolvimento dos indivíduos nas decisões, desde a implantação até a avaliação das decisões tomadas;

- ajuntamento entre a idéia de participação com o direito e o dever dos indivíduos de participarem nas soluções de seus problemas, terem responsabilidade de assegurar a satisfação de suas necessidades básicas, mobilizarem recursos locais e sugerirem novas soluções, bem como a responsabilidade de manter e criar organizações locais;
- ajuntamento entre a idéia de participação com a iniciativa de pessoas e grupos, objetivando a solução de seus problemas e a busca da autonomia;
- união organizada de esforços de pessoas excluídas, para controlar os recursos necessários ao desenvolvimento e sobre as instituições que regulam a distribuição desses recursos.

Outros pontos chaves ainda segundo Oakley & Marsden (1985) que chamam a atenção na participação são:

- 1) colaboração – a necessidade de envolvimento das pessoas nas atividades grupais, onde o agente externo tem função fundamental de gestor. Essa forma de participação equivale à informação, uma vez que as decisões básicas, relacionadas aos programas de desenvolvimento, já foram tomadas. Participação não está desassociada do controle e da responsabilidade do agente externo;
- 2) desenvolvimento da comunidade – a participação é o processo de promoção social, em que é repassada aos membros da comunidade a responsabilidade desses de criarem conselhos de desenvolvimento, os quais são considerados veículos da participação;
- 3) organização – a participação está diretamente ligada com o processo no quale os indivíduos se organizam e, por meio dessa organização, tornam-se capazes de ter voz nos projetos de desenvolvimento. A

organização é no sentido da busca dos indivíduos pelas formas mais adequadas de ação, as quais emergem da análise que eles fazem da realidade que os envolve. O agente externo, nesse caso, tem uma menor influência;

- 4) *empowering* – a necessidade de conduzir a população para a aquisição de poder, em termos de acesso ao controle de recurso necessário ao desenvolvimento.

Esses elementos são importantes para a condução do trabalho, pois canalizam os resultados sob os anseios da população local, aumentando a chance de sucesso e também a participação da comunidade local.

Babbington (1994), *apud* Miranda (1998), afirma que grupos formados para resolver problemas que não são considerados como prioritários para eles, tendem a não sobreviver.

A participação passiva, muitas vezes, não leva o indivíduo a entender de fato a realidade que o cerca. Demo (2000) afirma que o ser humano está perdendo o sentido da problematização, a capacidade de reflexão; a sociedade imprime um modelo pelo qual espera-se as soluções prontas, dentro de estruturas lineares, a “ditadura do método”. Não gera, assim, a capacidade do sujeito estabelecer ligação com o problema.

Segundo Amâncio (2005), a busca pela participação por meio do saber e conhecimentos cognitivos dos envolvidos consolida-se na possibilidade de buscar o entendimento coletivo, possibilitando transformá-lo em um agente modificador da história.

Entretanto, a quebra do paradigma de desenvolvimento como assistência tutorial não é algo fácil. Segundo Furtado & Furtado (2000), o rompimento de agentes e agricultores com as práticas do passado, marcadas pelo paternalismo, assistencialismo clientelismo e favoritismo, é complicado porque esses não

possuem uma formação coerente com a nova proposta. Ambos são marcados pelo autoritarismo. Os agricultores vêm de uma educação familiar autoritária e os agentes, muitas vezes, entendem a prática da intervenção participativa como “panacéia do desenvolvimento”.

Nuñez Hurtado (1992), *apud* Furtado & Furtado (2000), sinaliza que o grande desafio dos novos métodos de intervenção é elaborar técnicas que permitam realizar as etapas do projeto baseadas na plena e total participação, no controle e no poder de decisões das ações a desenvolver, por parte do sujeito da ação transformadora.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

O tópic a seguir apresenta a caracterização da pesquisa, o método, as técnicas de coleta dos dados, o local de estudo e o tratamento das informações obtidas.

4.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos. O uso da pesquisa é requerido quando não se dispõem de informações suficientes para responder ao problema ou quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (Gil, 1991).

A pesquisa nas Ciências Sociais foi marcada, ao longo dos anos, por estudos que dão valor à adoção de métodos quantitativos na descrição e na explicação dos fenômenos de seu interesse (Godoy, 1995). No entanto, com o passar anos, foi traçada uma nova abordagem, como uma alternativa de investigação mais global para a descoberta e compreensão do que se passa dentro e fora dos contextos organizacionais e sociais. Trata-se da pesquisa qualitativa, antes utilizada apenas no estudo da sociologia e da antropologia, que, nas últimas décadas, começou a ganhar espaço reconhecido em outras áreas, como na administração, na educação e na psicologia (Neves, 1996).

A pesquisa qualitativa se insere no paradigma interpretativo, em que a sociedade é vista como fruto das relações construídas por seus membros. Nestas relações, estão presentes as mais diversas interpretações, provindas de todas as partes, e cada pesquisador escolhe a direção que lhe parece mais apropriada. Segundo Godoy (1995), quando se tem uma situação em que se busca o entendimento de fenômenos desconhecidos em sua plenitude e complexidade, a

análise qualitativa pode ser indicada. Portanto, tais afirmações só podem ser consideradas “corretas e verdadeiras” para quem as realiza (Haguette, 1987).

Segundo Bogdan & Biklen (1994), a pesquisa qualitativa apresenta como características básicas os seguintes aspectos:

- na pesquisa qualitativa o pesquisador é o instrumento fundamental e o ambiente natural é a fonte direta de dados;
- é descritiva;
- o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida é a preocupação fundamental do investigador;
- pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados;
- os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.

Corroborando com esse pensamento, Denker (1998) sugere que as características principais dos estudos qualitativos são:

- a visão holística, que parte do princípio de que a compreensão do significado de um comportamento ou evento só é possível por meio da compreensão das inter-relações que surgem em um determinado contexto;
- a abordagem indutiva, em que o pesquisador parte de observações mais livres, deixando que as descobertas aconteçam em um avanço progressivo no decorrer dos processos de coleta e análise de dados;
- investigação naturalística, em que se utiliza mecanismos para reduzir ao mínimo a intervenção intrínseca do pesquisador na pesquisa.

A experiência em usar a pesquisa qualitativa tem mostrado seu grande valor na busca de explicações profundas para determinadas questões. Alencar (2003), Triviños (1992) & Godoy (1995) entendem a pesquisa qualitativa como uma pesquisa interativa, em que se procura entender as relações sociais e as interpretações realizadas pelos diferentes atores, a partir do seu ponto de vista, sabendo-se que esses não são estanques ou definitivos.

Segundo Triviños (1992), para a busca dos resultados na pesquisa de natureza qualitativa, é permitido o uso de diversos procedimentos em consenso na coleta de dados. Portanto, a cada coleta de dados, segue-se a análise parcial do material, que conduzirá e auxiliará na necessidade de novas coletas, ao indicar pontos a esclarecer, lacunas, novos problemas não percebidos anteriormente.

Para a realização da presente pesquisa, optou-se pelo método de estudos de caso como procedimento para alcançar os objetivos propostos de fazer a pesquisa empírica e qualitativa, por entendê-la como a mais adequada para captar as diversas interpretações das relações sociais envolvendo um determinado grupo.

Segundo Worsley (1970), o estudo de um ou mais casos é um dos princípios teóricos desenvolvidos pelas ciências sociais em que se examina um conjunto de ações em desenvolvimento e mostra como os princípios teóricos se manifestam nessas ações. Eles permitem responder "como" e "por que" certos fenômenos ocorrem, forma de abordagem ideal para questões atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real. O objetivo é conhecer profundamente uma dada unidade social, utilizando-se múltiplas fontes de evidências e ampla informação sobre o tema, obtida por meio de cuidadosa revisão de literatura.

Deve-se demonstrar a multiplicidade de dimensões presentes, uma vez que a realidade é sempre complexa (Godoy, 1995). Entretanto, Stake (1994), afirma que essa forma de pesquisa não é uma metodologia e, sim, a escolha de

um objeto a ser estudado. Mas, apesar de não ser consolidada como metodologia é muito utilizada nas pesquisas de ciências sociais.

Esse modo de investigação, segundo Bruyne et al. (1977), tem um caráter “particularizador”, já que seu poder de generalização é limitado na medida em que a validade de suas conclusões permanece contingente. Essas conclusões não se revelam necessariamente corretas em outros casos, mesmo semelhantes e fontes de diferenças distintas inseridas no caso escapam inteiramente à análise.

Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista aos agentes do processo. De acordo com Minayo (1996), na pesquisa qualitativa, o uso de entrevista caracteriza-se como um importante instrumento, por possibilitar a produção de conteúdos fornecidos diretamente pelos sujeitos envolvidos no processo, conteúdos esses que tanto podem ser objetivos quanto subjetivos. Tabares (1986) *apud* Denker (1998) ressalta que existem várias técnicas estruturadas de formas diversas e variadas, tais como a sondagem de opinião com questionário fechado, a entrevista aberta, a entrevista não diretiva, a entrevista centrada e a entrevista semi-estruturada.

Compartilha-se com os autores o pensamento de que a entrevista como fonte de informações pode fornecer dados importantes, tanto primários quanto secundários e ser estruturada de formas diversas e variadas. Nesse caso em específico, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas. Segundo Tabares (1986), a entrevista semi-estruturada permite maior liberdade do pesquisador, pois ela não parte de perguntas pré-determinadas.

Além da entrevista semi-estruturada, foram utilizadas técnicas de coleta de dados, como análise de documentos, dados secundários, pesquisa bibliográfica, observação direta e relatos de história oral, servindo de forma complementar ao entendimento do fenômeno.

Segundo Triviños (1992), a investigação histórico-estrutural é muito importante, considerando que aprecia o desenvolvimento do fenômeno, na sua

visão atual, que marca a fase inicial da análise, e penetra em sua estrutura íntima, latente, inclusive não-visível ou observável à simples reflexão, para descobrir suas relações e avançar no conhecimento dos seus aspectos evolutivos, tratando de identificar as forças decisivas responsáveis por seu desenrolar característico.

A partir de uma pré-seleção, a análise de seu conteúdo consiste em explorar o material disponível, procurando padrões, tendências ou relações implícitas. Interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido complexo, estrutural, que se encontra por trás do imediatamente apreendido (Godoy, 1995). O uso dessa combinação de técnicas é fundamentado no conceito de Marconi (1982) e Denker (1998), em que as técnicas não se excluem; na maioria das vezes, uma combinação de métodos é necessária para análise de um determinado caso.

Tendo em vista o seu objetivo da presente pesquisa, este estudo caracteriza-se, segundo Gil (1987), como exploratório, por ter a intenção de esclarecer conceitos e idéias para auxiliar o desenvolvimento de estudos posteriores sobre a temática. Por essa razão, a pesquisa exploratória foi a primeira fase da pesquisa, quando analisou-se teoricamente o assunto em investigação.

Também pode ser classificado como descritivo, por ter a intenção de descrever a realidade como ela é, sem modificá-la e avaliativo, ressaltando a avaliação do processo de adaptação do grupo em estudo, para prescrever uma abordagem metodológica destinada a facilitar a compreensão do assunto em pauta.

4.2 Local de estudo

Esta pesquisa foi realizada no município de Poços de Caldas, que tem tradição nas atividades de turismo. Foi analisado o histórico da tradição turística de cidade, assim como as iniciativas para o turismo no espaço rural, desde sua

origem, em 1996. Para a coleta de dados primários, foi escolhido o projeto de turismo rural desenvolvido para região da Serra do Selado, por ser o último trabalho implantado pela prefeitura municipal no setor, o que aconteceu em 2003. Os entrevistados foram denominados no decorrer do trabalho por siglas para preservar suas opiniões e também sua identidade. Mais detalhes serão apresentados no item 5 do presente trabalho, que apresenta os resultados e discussões.

4.3 Tratamento das informações

O estudo foi dividido em duas fases: a primeira demarcada pela realidade histórica da cidade e avaliação do turismo no espaço rural em entrevista ao presidente da Associação de Turismo Rural do Sul de Minas - ASTRAL, e a segunda pela percepção dos sujeitos envolvidos no processo de implantação do turismo no meio rural na Serra do Selado.

A pesquisa partiu do estudo de documentos que demarcam historicamente o turismo no município e de outros que indicam as primeiras motivações para o processo de implantação de turismo no meio rural do município. Por meio deles foi realizada uma sistematização cronológica das ações específicas para o segmento de turismo rural do município, constatando-se que foi marcado por 3 etapas:

- 1) Turismo rural: uma proposta de trabalho (1996);
- 2) O Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural da Região de Poços de Caldas (1998) e
- 3) Projeto de implantação do turismo no meio rural em Poços de Caldas - MG (2002).

Na segunda fase, realizou-se a pesquisa de campo. As entrevistas foram aplicadas no mês de julho de 2006, com os atores envolvidos no projeto da Serra do Selado, pelo próprio pesquisador e gravadas para uma melhor análise, posteriormente. A análise das entrevistas foi realizada na seguinte ordem: transcrições das entrevistas gravadas; leitura e interpretação ordenada de todas as informações obtidas e averiguação do conteúdo, organizado em consonância com o referencial teórico e os objetivos da pesquisa.

Para a etapa de percepção dos sujeitos envolvidos no projeto da Serra do Selado foi utilizado um roteiro de entrevista que buscou identificar fatores considerados como relevantes na formação do projeto, como:

- processo de intervenção – características e a forma que foram concebidas as propostas de formação de um produto de turismo no espaço rural, no local de implantação, pelos proprietários rurais;
- participação – o nível de envolvimento e participação nas tomadas de decisões dos proprietários rurais envolvidos no processo de implantação e desenvolvimento e propostas do projeto; e
- resultados e impactos – as melhorias que a atividade turística gerou para o local e se essa foi gerida objetivando resultados sustentável nas dimensões sociais, culturais, econômicos e ambientais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir são apresentados os resultados obtidos na pesquisa documental e na pesquisa de campo, sendo: histórico local, influência dos interventores, envolvimento dos beneficiários, desenvolvimento rural e impactos gerados pelo investimento na atividade.

5.1 Histórico do município e sua evolução turística

Uma vez que a cidade possui tradição nas atividades turísticas, fez-se uma análise do município de Poços de Caldas, assim como a sua ligação com as atividades turísticas.

5.1.1 Caracterização física do local de pesquisa

Localizado na Serra da Mantiqueira, o município de Poços de Caldas situa-se no Sudoeste do estado de Minas Gerais (Figura 1). Suas áreas limítrofes são: ao Norte, com os municípios de Bandeira do Sul e Botelhos; ao Sul, com Andradas; a Leste, com Caldas e a Oeste, com o estado de São Paulo. Localiza-se à altitude média de 1.186 m., com máxima de 1.575m e mínima de 943m.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000), Poços de Caldas possui área de 73 km² área urbana e 471 km² de área rural, totalizando 544 km² de área total, com uma população de, aproximadamente, 135.000 habitantes. Os dados da divisão entre população rural e urbana são de 1996, quando, aproximadamente, 105.000 pessoas moravam no meio urbano e 5.000 pessoas no meio rural (TURMINAS, 1996).



FIGURA 1 Mapa do Brasil, indicando a localização do estado de Minas Gerais e do município de Poços de Caldas

Em relação à morfologia topográfica, o município possui 7% de seu relevo plano, 57% ondulado e 36% montanhoso. A hidrografia é marcada pela bacia hidrográfica do Rio Pardo, que tem como afluente principal o rio Lambari, oriundo das junções dos ribeirões das Antas e dos Poços, ambos situados no planalto e vários pequenos tributários na planície.

O clima é caracterizado por duas estações distintas: a chuvosa, de outubro a março, com média de temperatura de 21°C e índice de precipitação pluviométrica de 1.430 mm e a seca, de abril a setembro, correspondendo ao período de menores temperaturas, média de 15°C e índices de pluviosidade baixos, 315 mm, no total. A umidade relativa é da ordem de 79%, com média de

190 dias de chuva por ano, sendo comum a ocorrência de geadas comum durante os meses de maio, junho e julho³.

5.1.2 Caracterização histórica do local de pesquisa

A localização do município de Poços de Caldas foi delimitada em 6 de novembro de 1872, quando foi declarado como região de utilidade pública, pelo Senador Joaquim Floriano Godoy. Inicialmente, a região pertencia ao capitão José Bernardes Junqueira.

Poços de Caldas se tornou município em 1889, quando foi desmembrado do distrito de Caldas e elevada à categoria de vila e município. Teve vários nomes: Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas, Nossa Senhora da Saúde de Caldas, Nossa Senhora da Saúde de Poços de Caldas, Águas Virtuosas de Caldas até chegar ao nome de Poços de Caldas. A origem deste nome está ligada à cidade portuguesa Caldas da Rainha, importante terma freqüentada pela família real e utilizada para tratamentos.

A característica termal é tão marcante que, em 1886, o local foi visitado pelo Imperador Dom Pedro II e sua esposa, a Imperatriz Dona Tereza Cristina, quando vieram à região para a inauguração da Estrada e Ferro Mogiana. Em 1896, foi inaugurado o Balneário dos Macacos, motivado pela procura das águas termais e pela facilidade que a estrada de ferro trouxe para a locomoção dos visitantes.

No início do século XX, Poços de Caldas passou a ser a segunda residência de vários fazendeiros paulistas, que vinham em busca de diversão e, conseqüentemente, gerando grandes divisas para a vida do interior do Sul de Minas.

³ Dados coletados no arquivo da Secretaria de Planejamento do Município de Poços de Caldas – Documento Informações básicas sobre o município de Poços de Caldas, publicação de maio de 1998.

Em 1891, pressionados pelo grande fluxo de pessoas da alta sociedade, a Cia. de Melhoramentos de Poços de Caldas iniciou a reestruturação da cidade, investindo em melhoramentos da rede de água e esgoto, das praças da cidade e da construção de um estabelecimento balneário e de um hotel modelo com teatro e cassino.

A primeira administração oficial do município ocorreu entre 1909 a 1918, quando os grandes investimentos foram nas estradas e em benfeitorias de melhoramento urbano, marcando, assim, o início da vida turística de estância hidromineral, com a inauguração do cassino Politeamas, seguido, pouco depois, pela inauguração do Grande Hotel. Essas benfeitorias atraíram cada vez mais a alta sociedade brasileira, fazendo com que novas casas de jogos e diversões se instalassem na cidade. Entre as mais famosas estão “O Ponto”, o “Bridge Club”, o “Radium” e o “Gibimba”, entre outras.

Entre 1927 a 1929, ocorreu a falência da Cia de Melhoramentos de Poços de Caldas, cujos bens foram repassados para o Estado. Foi criada, então, a “Superintendência dos Serviços Termiais de Poços de Caldas”, que promoveu a completa reestruturação da estância. Dentre essas, a da edificação das Thermas do Palace Hotel (arquiteto Eduardo Pederneiras) e os parques e jardins criados pelo paisagista Diemberger que ainda são objeto de atenção pela sua imponência.

Na década de 1930 foi quebrado o monopólio do jogo em Poços de Caldas, surgindo boates e cassinos de grande porte, o que proporcionou um grande aumento na renda do município e, conseqüentemente, melhorando e adequando a cidade cada vez mais para receber turistas da alta cúpula social. Entre esses visitantes ilustres da época estão Getúlio Vargas, então presidente da república, seus ministros e governadores de estado.

Em 1946, esse movimento turístico cessou bruscamente, com a proibição dos jogos em todo o Brasil, determinada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra.

Com isso, Poços de Caldas não se sustentava mais somente com o turismo, abrindo, então, seu mercado para as indústrias e mineradoras, que, por sua vez, assumiram um papel importante na economia da cidade.

No início da década de 1940, as indústrias já movimentavam grande parte da economia local, gerando empregos e descaracterizando a natureza, uma de suas principais belezas.

Com relação à atividade turística, Poços de Caldas passou a se apoiar apenas no termalismo para a manutenção e a utilização da estrutura já formada, porém, com a evolução da medicina alopática, a estância termal sofreu outro grande golpe com a desmistificação das propriedades curativas das águas termais⁴.

A disseminação da necessidade do uso do tempo livre para o lazer e o turismo, no mesmo período da evolução dos meios de transportes, foi um fator marcante para essa transição do mercado turístico de Poços de Caldas. Como a cidade era conhecida nacionalmente por suas belezas, e possuía, já nesta época, uma infra-estrutura singular, a mesma começou a atrair turistas de todo o Brasil. Iniciou-se, assim, uma nova proposta de turismo, em que sua estrutura foi se adequando para receber o novo público, caracterizado por grande número de pessoas com menor poder aquisitivo e de informação, conhecido como “turismo de massa”.

Apesar de todos esses empecilhos, Poços de Caldas se mantém como uma importante cidade turística de Minas Gerais. O segmento de turismo, de eventos e de negócios, está em ascensão devido à localização da cidade em relação aos grandes centros urbanos. Isso faz com que políticas públicas e privadas se instalem, na busca por novas alternativas para fomentar a atividade.

⁴ Relato de entrevista - Dados obtidos em entrevista com a historiadora Nilsa Megalle, funcionária do Museu de Poços de Caldas em 2002, e do memorial da cidade de Poços de caldas.

5.1.3 Organização do turismo no espaço rural da região de Poços de Caldas: primeira e segunda etapas

Em setembro de 1996, por iniciativa da extinta Empresa de Turismo de Minas Gerais (Turminas), em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG) e, ainda, com a participação da Associação Mineira de Empresas de Turismo Rural (Ametur), teve início o Projeto Turismo Rural uma Proposta de Trabalho, alimentado pelo potencial econômico e social de Minas Gerais.

O projeto foi subdividido em três roteiros: o roteiro de leite e seus derivados, para a região de Rio Preto; o roteiro da cachaça, para a região de Belo Horizonte e o roteiro do vinho, para a região Poços de Caldas, cujo município sede seria Andradas, por sua tradição indústria vinícola (TURMINAS, 1996).

A princípio, o roteiro do vinho teve a participação de 24 propriedades cadastradas, pertencentes aos municípios de Andradas, Caldas, Jacutinga e Poços de Caldas. Essa iniciativa contou, em seguida, com a participação do Serviço Nacional do Comércio (Senac), do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e da Secretaria Municipal de Turismo de Poços de Caldas. Foram cadastradas 14 propriedades rurais (Tabela 1), em Poços de Caldas, nas quais se realizou um levantamento, seguido da análise do potencial técnico, econômico e social voltado para o turismo rural em 13 delas, com exceção da Fazenda Serra d'água. Essas passaram a fazer parte das fases seguintes do projeto.

Paralisado por algum tempo, em 1998, foi realizada uma oficina de planejamento, com o objetivo de elaborar a proposta de um Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural da Região de Poços de Caldas.

TABELA 1 Propriedades cadastradas no município de Poços de Caldas para início do roteiro do vinho.

Propriedade	Atividade agropecuária ¹	Estrutura de hospedagem	Atividades turísticas ²
1 - Fazenda Serra d'água	2, 7, 8	Casa sede	1, 6, 9
2 - Fazenda Santa Marina	2, 8, 10, 16	Casa sede	5, 6, 8
3 - Fazenda Santo Aleixo	2, 5, 7, 8	Casa sede	1, 5, 7, 11
4 - Fazenda Rio Pardo	2, 5, 7, 8, 16	Casa sede	1, 5, 7
5 - Sítio Bela vista (Pier 22 Resort)	10, 15	116 chalés	1, 5, 8
6 - Fazenda Santa Amélia	2, 7, 11, 13	Casa sede	1, 2
7 - Fazenda São José	2, 8, 10	Casa sede	1, 5, 8
8 - Sítio Catanduva	2, 8	Casa sede	1, 5, 8
9 - Sítio Modelo	4, 8, 10	Casa sede	5, 9
10 - Fazenda Aleixo	2, 5, 8, 12	Casa sede	1, 5, 8
11 - Fazenda Osório	2, 4, 10, 11	Casa sede	1, 7, 11
12 - Fazenda da Serra	2, 7, 8, 11	Casa sede e outras casas	1, 5, 7, 11
13- Fazenda Rio das Antas	2, 5, 8, 14	Casa sede	1, 5, 7, 11
14 - Sítio Lagarto	9, 5, 6	Casa sede	1, 5, 11

Atividade agropecuária¹: 1 - arroz; 2 - feijão; 3 - milho; 4 - soja; 5 - cana; 6 - café; 7 - fruticultura; 8 - horticultura; 9 - suinocultura; 10 - avicultura; 11 - piscicultura; 12 - pecuária corte; 13 - pecuária leiteira; 14 - equinocultura; 15 - caprinocultura; 16 - apicultura; 17 - ranicultura; 18 - animais silvestres; 19 - outras plantações; 20 - outras criações; 21 - uva; 22 - derivados; 23 - laranja; 24 - extração mineral; 25 - ervas medicinais; 26 - reserva (mata) natural; 27 - gruta; 28 - serras (montanha); 29 - rio, lago ou açude.

Atividades turísticas²: 1 - caminhar; 2 - trilhar; 3 - cavalgar; 4 - pescar; 5 - plantar; 6 - descansar; 7 - fotografar; 8 - nadar em piscina; 9 - nadar em rio, lago ou açude; 10 - praticar esportes (futsal, tênis, peteca, vôlei, basquete...); 11 - passear de barco; 12 - esquiar; 13 - passear de carroça; 14 - acompanhamento de colheita, plantio; 15 - dançar; 16 - jogar cartas; 17 - fazer comidas; 18 - passear de bicicleta; 19 - apreciar fauna e flora; 20 - outras atividades; 21 - banhoterapia; 22 - passeio a gruta; 23 - montanhismo; 24 - passeio às fazendas, parques naturais.

Fonte: Organizado pelo autor, baseado na TURMINAS, 1996.

Nesta etapa, muitas propriedades haviam desistido da implantação de turismo rural e outras foram incluídas. As propriedades que fizeram parte desta etapa do município de Poços de Caldas foram: Fazenda Osório, Rancho das Cabras, Sítio Lagarto, Fazenda Aleixo, Faz. São José e Fazenda Limoeiro (Plano de desenvolvimento do turismo rural da região de Poços de Caldas, 1998).

Dentre as decisões e ações, resolveu-se criar, em junho de 1999, a Associação de Turismo Rural do Sul de Minas - ASTRAL que, apoiada pelas

entidades citadas, passou a congregiar os produtores rurais, no sentido de implantar o turismo no espaço rural, agora em âmbito regional (Anexo I).

Por meio das ações da ASTRAL, outras propriedades rurais foram contatadas e incluídas no empreendimento, tendo o assunto avançado com bastante repercussão em vários municípios da região. No município de Poços de Caldas, as novas propriedades que entraram foram: Fazenda Fortaleza, Fazenda Rio das Antas, Pesqueiro do Jequitibá, Restaurante e Pesqueiro do Alemão, Estância São José e Haras Gimenes. Essa etapa possuía como órgão organizador a ASTRAL, que propôs uma gestão baseada na descentralização do poder. Foi criada, então, a figura do vice-presidente regional. Assim, todos os municípios que tivessem pelo menos um associado teriam um vice-presidente na associação, para que delegasse e permitisse a diferenciação do desenvolvimento da atividade em seu município.

Em dezembro de 1999, realizou-se, em Poços de Caldas, o Primeiro Seminário de Turismo Rural do Sul de Minas. Naquela ocasião, outros parceiros se juntaram, como a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), campus de Poços de Caldas e o Sebrae/MG.

No ano de 2000, iniciou-se trabalho em dois distritos rurais de Poços de Caldas, Córrego Dantas e Comunidade Zanetti, com o objetivo de criar roteiros de turismo no espaço rural no município, que seriam acrescidos aos demais roteiros dos outros municípios, facilitando a criação de circuitos regionais. Ainda no ano de 2000, por iniciativa da Secretaria de Turismo de Minas Gerais (SETUR), foi iniciado um trabalho, envolvendo alguns municípios do estado de São Paulo, dentre eles São Sebastião do Paraíso, Mococa e Caconde, com o objetivo de criar o Circuito de Turismo Rural Café com Leite, que contemplaria 15 propriedades daquele estado, além das de Poços de Caldas e região.

No ano de 2001, por iniciativa da Secretaria de Governo de Turismo do Estado de Minas Gerais, em parceria com todas as prefeituras do estado,

interessadas no desenvolvimento do Turismo, iniciaram-se os trabalhos que resultaram na regionalização do turismo do estado, por meio do Projeto de Circuitos Turísticos, hoje implantado na maioria das regiões do estado. Na região de Poços de Caldas, criou-se o Circuito Caminhos Gerais. Apesar de ser uma ferramenta de grande importância para o fomento do turismo da região, novamente as iniciativas de formulação do turismo rural se esvaziaram, tendo a ASTRAL perdido sua representatividade como órgão mobilizador de iniciativas para o turismo rural.

Apesar de todas essas iniciativas para a implantação do turismo rural em coletividade, por meio de roteiros ou associação, as iniciativas para o desenvolvimento de tais projetos praticamente se findaram.

Com relação aos proprietários que estavam investindo na atividade, com exceção do pesqueiro do Alemão, nenhuma das demais propriedades, que estão no município de Poços de Caldas, continuou seu investimento no turismo rural.

Segundo o presidente da ASTRAL:

“Existe até propriedades que ainda persistem com a atividade, principalmente as pousadas rurais de Andradas e Caldas, mais de forma isolada (...) em Poços de Caldas, apenas o Sandro (pesqueiro do Alemão) continuou sua atividade com o restaurante. Os demais, onde me incluo, ficaram apenas no sonho da implantação”(relato de entrevista).

Nesses relatos, pode-se perceber que alguns fatores contribuíram para a não concretização do turismo no espaço rural no município nestas duas primeiras etapas, como o desconhecimento técnico e do próprio potencial do negócio por grande parte dos produtores rurais e a falta de necessidade real de muitos envolvidos.

Ainda segundo o presidente da ASTRAL:

“Tem produtor rural que estava participando ou que queria participar que sequer sabe o que é turismo rural. Estava lá porque tinha a mão do

poder público (...) Certa vez, após o fim do seminário de turismo rural, dei uma entrevista para um canal de televisão local. Logo após, recebi um telefonema para saber quanto de dinheiro seria destinado para a atividade (...) E não foi só uma pessoa que se interessou por conta de financiamento subsidiado. Muita gente que estava participando deixava claro que só investiria se tivesse o financiamento da atividade” (relato de entrevista).

Com relação ao incentivo da implantação desta nova atividade pelos empresários do ramo de turismo, foram levantados vários problemas pelo presidente da ASTRAL para a não concretização das atividades. Entre eles, o principal foi o desconhecimento do que é o turismo rural.

Ele relatou:

“Um problema sério que enfrentamos foi também o boicote dos donos de hotéis da cidade e de outros elos do turismo. Eles achavam que com a criação do turismo rural mais hotéis e restaurantes seriam implantados no meio rural e, conseqüentemente, perderiam clientes (...) Não entenderam que seria mais uma atividade para trazer o turista para a cidade, aumentando a taxa de permanência do turista na região”.

Com relação ao poder público, alguns problemas foram citados, como a ausência da verdadeira vontade política por parte dos poderes públicos, para a modernização do turismo, a falta de continuidade nos projetos, marcada pela constante troca do secretário de turismo da cidade e, também, a dificuldade de fomentar o associativismo.

Essa constatação é confirmada pelos relatos do presidente da ASTRAL:

“(...) foi evidente o desânimo e a desmotivação das entidades de apoio e fomento do turismo rural. Acho que o motivo foi o fato da dificuldade de institucionalização do mesmo na região (...). Penso até que faltava conhecimento desses, em grande parte do tempo, do que é realmente esse filão que iria agregar resultado econômico e social ao município.”

“(...) quando o secretário de turismo estava a par do que fazer, ele colocava seu cargo à disposição ou era substituído (...). Aqui, quando se assume um secretário de turismo, ele não começa uma gestão, mas sim uma gestão, pois esse é substituído antes de 8 meses de trabalho” (relato de entrevistado – presidente da ASTRAL)

“(...) a coisa mais difícil em Poços de Caldas é estabelecer o associativismo. Cada um quer puxar a farinha para o seu lado (...) Sei que isso é um problema em quase todo lugar, mas aqui a dificuldade é maior ainda” (entrevistado – presidente da ASTRAL).

De acordo com os documentos e com a entrevista com o presidente da ASTRAL, após essa fase, nenhuma outra iniciativa para a implantação do turismo no espaço rural da cidade foi motivada pela associação ou pelos envolvidos nos projetos anteriores, de forma coletiva. Em 2002, novamente, a Secretaria Municipal de Turismo voltou a investir neste tipo de atividade, na Serra do Selado, mas sem o auxílio da ASTRAL, que não foi convidada para participar de tal projeto.

Este citado projeto de turismo denominado Projeto de implantação do turismo no meio rural em Poços de Caldas-MG, não pode ser considerado como uma continuidade dos outros projetos analisados de turismo no meio rural de Poços de Caldas. Isso por ter sido elaborado em uma região específica do município, a Serra do Selado e cujas propriedades foram escolhidas, não possibilitando a participação de interessados.

5.2 Projeto da Serra do Selado: terceira etapa

No início do ano de 2002, novamente, os planos para a implantação do turismo rural na cidade de Poços de Caldas foram retomados, com o projeto de turismo rural na Serra do Selado, elaborado e acompanhado pela prefeitura, por meio de suas secretarias municipais de Turismo e a de Assuntos Rurais e

Abastecimento (SEMARA), já extinta, com o auxílio de extensionistas da Emater e estagiários da PUC campus de Poços de Caldas.

Para analisar se a cidade realmente tinha necessidade e potencial para a implantação do turismo rural foi elaborado e conduzido, pela Secretaria Municipal de Turismo, uma pesquisa de perfil do turista que visita o município e sua demanda pela atividade de turismo rural. Os questionários foram respondidos por turistas que visitavam os principais pontos turísticos da cidade, durante o mês de julho de 2002, totalizando 267 questionários aplicados (Anexo II).

Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria dos turistas que visitam Poços de Caldas é do estado de São Paulo, totalizando 63,7% e que 65,8% deles são turistas familiares. Quando indagados sobre o turismo rural, 78% conheciam a modalidade de turismo no espaço rural e 55% já haviam praticado.

Entre os entrevistados 86% afirmaram que praticariam o turismo rural, caso existisse na cidade, motivados pela possibilidade de passear a cavalo, entrar em contato direto com a natureza, experimentar comidas típicas do meio rural, ver plantações, animais e produção em uma fazenda e, ainda, a possibilidade de fazer caminhadas e participar de festas típicas do espaço rural.

Após os resultados da pesquisa, o próximo passo foi elaborar o projeto inicial. Para iniciar o projeto, foram escolhidas nove propriedades:

- 1) Sítio Primavera;
- 2) Fazenda Santa Isabel;
- 3) Fazenda Nossa Senhora da Guia;
- 4) Fazenda Santa Terezinha;
- 5) Fazenda Aleixo;
- 6) Sítio Ipê;
- 7) Ponte do João Nery;

- 8) Fazenda Santo Antônio e
- 9) Alambique Bertozzi. A propriedade denominada, no projeto, como Ponte do João Nery é a junção do Sítio Ponte Nova e Sítio Córrego do Barreiro, pois essas propriedades não têm divisão física e se complementam geograficamente e historicamente, ainda pertencendo a uma mesma família, a família Nery.

Os critérios utilizados para a seleção das propriedades foram, inicialmente, a percepção e a experiência do Secretário de Assuntos Rurais, e a escolha baseou-se nas condições da propriedade para participar do projeto. Segundo o mesmo, essa predisposição à implantação do turismo rural foi avaliada no decorrer do seu mandato como secretário, por meio de observação e de conversas informais com os produtores, além da disposição geográfica de tais propriedades, formando uma possível rota, para a elaboração do roteiro.

Além dessas propriedades, o Rancho das Cabras, que está situada no Bairro do Bortolan, foi escolhida, por ser pioneira no estudo de turismo no meio rural da região, pertencente ao presidente da Astral, servindo, assim, apenas de teste para a aplicação dos formulários com a intenção de delimitar as condições das propriedades rurais.

Foi feito um levantamento dos elementos da oferta turística, como acessibilidade, infra-estrutura básica, infra-estrutura e serviços de apoio, atrativos turísticos naturais e culturais já existentes. Além disso, foram feitas diversas reuniões entre proprietários locais envolvidos no projeto, para sensibilizar o produtor quanto à atividade turística no meio rural, para transformar as propriedades em um produto turístico.

Dentro do projeto, foram definidos papéis para o poder público (municipal) e o setor privado como segue:

Ao poder público coube:

- escolha de propriedades rurais a serem analisadas;
- elaboração e aplicação do questionário;
- análise das potencialidades turísticas;
- conscientização dos produtores rurais quanto à atividade de turismo;
- adequação dos meios de acesso;
- adequação do sistema de coleta de resíduos sólidos;
- treinamento de pessoal;
- criação do roteiro;
- acompanhamento da atividade como produto no mercado, realizando visitas periódicas as propriedades.

Ao poder privado coube:

- organizar-se em um grupo sólido, por associação ou cooperativa;
- adaptar as propriedades para o recebimento dos visitantes, dentro das sugestões geradas pelo questionário;
- auxiliar o poder público na forma de captar visitantes para o roteiro.

Nos dias 14, 15 e 16 de janeiro de 2003, foi realizada a I Oficina de Turismo Rural, promovida pela Secretaria Municipal de Assuntos Rurais e Abastecimento e Secretaria Municipal de Turismo. A condução dos trabalhos ficou a cargo da coordenadora técnica em turismo da Emater-MG, Cléa Venina Mendes Guimarães. A oficina foi fundamentada no processo construtivista do desenvolvimento da aprendizagem, no qual a ênfase é dada ao intercâmbio de conhecimentos, experiências e visão dos participantes, com enfoque nas construções coletivas e de consenso. O objetivo imediato foi a elaboração de um

plano de ação de turismo rural e a construção coletiva do roteiro “Zé Uai”, para visita às propriedades.

O trabalho foi elaborado baseado na experiência e expectativa de cada membro participante. O primeiro passo foi a caracterização dos participantes (papéis), em que cada um se identificava, informava a sua origem (proprietário ou coordenador), a sua função/ocupação e suas expectativas em relação ao projeto (anexo V).

Na seqüência, foram apresentados materiais de outros locais, demonstrando os detalhes e as caracterizações de ambientes para turismo rural de propriedades de várias regiões do país, com a intenção de exemplificar como é o preparo de uma propriedade para visita.

Foram montados painéis de oportunidades e ameaças e para a composição dos trabalhos foi elaborado um plano de ação. Após a análise de risco, confeccionou-se um painel mostrando o que cada propriedade poderia oferecer e uma estimativa de preço para cada uma delas dentro do roteiro. Com o grupo dividido em três subgrupos, dois deles construíram roteiros, pois, nesta ocasião, sentiu-se a necessidade de criação de dois roteiros, baseados no mapa da região e no tempo de duração das visitas; o terceiro subgrupo elaborou um plano para o turismo receptivo.

Nesta oportunidade, oficializou-se a presença da agência receptiva de turismo, Sauá Ecoturismo.

No dia 30 de janeiro de 2003 foi realizada uma visita técnica à cidade de Caxambu, MG, da qual participaram os proprietários e os coordenadores do projeto e representantes da agência. A visita teve o intuito de analisar e conhecer o projeto de turismo rural já implantado. Após a visita, foi realizada uma reunião para discutir a análise do turismo rural de Caxambu. Nesta oportunidade, foram constatadas e demarcadas algumas falhas no planejamento do projeto de Caxambu. Os principais problemas percebidos foram: o descaso do poder público

local, a falta de parcerias com o *trade* turístico da cidade, a falta de integração entre os proprietários e a falta de uma agência receptiva que administrasse a comercialização e a orientação das visitas.

Após a fase de conscientização dos proprietários, para o entendimento da verdadeira realidade da atividade, foram realizadas novas visitas às propriedades integrantes do projeto, pela equipe formada pelos interventores. Posteriormente, foram elaborados os relatórios de caracterização de cada uma das propriedades.

TABELA 2 Caracterização das propriedades que fazem parte do roteiro Zé Uai da Serra do Selado

Propriedades	Atrativos naturais e afins ¹	Atrativos histórico-culturais e afins ²
1. Fazenda Nossa Senhora da Guia	1, 2, 3, 4, 5	1, 2, 3, 4, 5, 6
2. Fazenda Santa Isabel	6, 7, 8	2, 3, 4, 5, 7, 8
3. Sítio Primavera	1, 3, 7	5, 9
4. Fazenda Aleixo	5, 6, 8, 9	1, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17
5. Sítio Ipê	3, 5, 7, 8, 9,	6, 5, 12, 17, 18
6. Sítio Ponte Nova	3, 7, 8	2, 5, 8, 17, 18, 19, 20
7. Fazenda Santo Antônio	1, 3, 5, 7, 8, 9,	5, 7, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 21,
8. Alambique Bertozzi	7	22

Atrativos naturais e afins ¹: 1 – trilhas; 2 – cachoeira; 3 – observação de animais (aves, quatis e macacos); 4 – formações rochosas; 5 – vegetação nativa; 6 – jardins; 7 – rio, lago ou açude; 8 – pomar; 9 – vista local.

Atrativos histórico-culturais e afins ²: 1 - igreja ou capela; 2 - cultura de café; 3 - cultura de milho; 4 - feijão; 5 - gastronomia rural; 6 - artesanatos; 7 - arquitetura casa sede; 8 - história local; 9 - horticultura; 10 - mobiliário antigo; 11 - monjolo, moinho, forno de barro; 12 - casas de colonos; 13 - festas tradicionais; 14 - posto de saúde; 15 - escola rural; 16 - área de lazer (parquinho, piscina, churrasqueira); 17 - construções rurais (pocilga, estábulo, granja, etc.); 18 - ordenha; 19 - ponte; 20 - venda rural; 21 - fotos antigas; 22 - produção de cachaça.

Durante o mês de março de 2003, foram realizadas reuniões com as instituições envolvidas no desenvolvimento do projeto, no intuito de discutir o andamento do plano de ações e os próximos passos. Também foi realizada uma reunião para analisar os relatórios de caracterização e definir as diretrizes para dar seqüência ao projeto. Nesta oportunidade, foram sugeridas as adequações das

propriedades para a prática segura do turismo rural e a organização do roteiro Zé Uai.

No dia 4 de abril de 2003, uma nova visita foi feita à Fazenda Diamante, no município de São Sebastião da Gramma, da qual participaram os proprietários e envolvidos no projeto. A visita teve como objetivo sanar as dúvidas sobre o funcionamento de uma propriedade que desenvolve o turismo rural. Segundo os interventores, o resultado foi produtivo, no sentido de proporcionar aos proprietários envolvidos um maior conhecimento da atividade de turismo rural, podendo-se verificar o atendimento e a simplicidade que rege a atividade.

Do dia 8 ao dia 10 de abril, foi elaborada a II Oficina de Turismo Rural, organizada pela Secretaria Municipal de Assuntos Rurais e Abastecimento e pela Secretaria Municipal de Turismo. Novamente, os trabalhos foram conduzidos pela Coordenadora do Núcleo de Turismo da EMATER-MG, com o propósito de oficializar a construção coletiva do roteiro “Zé Uai” e delimitar os atrativos e produtos a serem comercializados.

Nesta oportunidade, a oficina trabalhou com a delimitação dos pontos positivos e negativos observados durante a visita à Fazenda Diamante. Estes são destacados a seguir.

TABELA 3 Pontos positivos e pontos negativos levantados pela II Oficina de Turismo Rural na Fazenda Diamante, 2003

Pontos positivos	Pontos Negativos
Rusticidade e simplicidade	Limpeza de pastagem (roçada)
Hospitalidade	descaracterização local
Confiança	Mau cheiro, atribuído ao projeto de compostagem existente na propriedade
Sistema de Produção	Falta de infra-estrutura de comunicação e sinalização
Sentimento de Grupo	Ausência de recipientes para depósitos de lixo
A parceria com a agência receptiva Sauá	

No dia 9 de abril de 2003, foi realizada uma visita técnica, organizada pela agência Sauá Ecoturismo, em parceria com as secretarias de Assuntos Rurais e de Turismo e Emater-MG. Essa visita consistiu na realização de um roteiro, passando por todas as propriedades participantes do projeto, sem seguir a divisão em dois. Participaram da visita os representantes de cada uma das propriedades rurais e das entidades envolvidas no projeto. A visita iniciou no Sítio Primavera, passando pela Fazenda Nossa Senhora da Guia, Fazenda Santa Izabel, Ponte João Nery, Sítio Ipê, Fazenda Aleixo, onde foi servido o almoço, depois Fazenda Santo Antônio, finalizando no Alambique Bertozzi.

No dia seguinte aconteceu a reunião, com o intuito de avaliar as experiências e os pontos positivos da visita e pontos negativos em cada uma das propriedades do projeto roteiro “Zé Uai”.

A reunião teve, como ponto positivo, maior participação e entrosamento do grupo, sendo importante para o desenvolvimento do projeto por parte dos próprios proprietários envolvidos (Projeto Zé Uai, 2003). Nesta oportunidade, o representante da Fazenda Santa Isabel pediu seu desligamento, alegando falta de tempo para se engajar no projeto.

Após a visita, foram definidas as propriedades que participariam dos roteiros I e II (Anexo III). O primeiro roteiro passaria pela Ponte João Nery, Fazenda Aleixo, Fazenda Nossa senhora da Guia e Sítio Primavera; o segundo, pelo Sítio Ipê, Fazenda Aleixo, Fazenda Santo Antônio e Alambique Bertozzi.

No mês abril de 2003, foi realizado uma visita teste nas propriedades rurais do primeiro roteiro, com o objetivo de avaliar o atendimento e a qualidade dos atrativos dessas propriedades. A visita contou com a participação de um grupo de dezessete pessoas, entre crianças e adultos, moradores da cidade, convidados pelos organizadores do projeto.

TABELA 4 Pontos positivos e pontos negativos levantados nas propriedades do projeto roteiro Zé “Uai”

Propriedades	Pontos positivos	Pontos negativos
1. Fazenda Nossa Senhora da Guia	- Igreja Nossa Senhora da Guia	- falta de envolvimento e comprometimento dos proprietários - falta de paisagismo - falta de receptividade, interesse e motivação
2. Fazenda Santa Isabel	- receptividade	- falta de motivação e integração
3. Sítio Primavera	- aptidão, receptividade - localização - criatividade - atividade rural	- chiqueiro com dejetos
4. Fazenda Aleixo	- receptividade - almoço típico - horta - pomar - igreja - história – exposições, e casa.	- não foram constatados
5. Sítio Ipê	- ordenha mecânica e manual.	- pomar em péssimo estado de conservação - falta de receptividade - falta de paisagismo
6. Sítio Ponte Nova	- história do local.	falta de recipientes para lixo, e resíduos de lixo na propriedade
7. Fazenda Santo Antônio	- fazenda - paisagismo - terreiro de café - história - receptividade	- necessidade de limpeza - cachorros soltos
8. Alambique Bertozzi	- receptividade - asseio - cachaça	- falta de proteção nas escadas - falta de local de descanso bancos para sentar - melhora no acabamento da construção do alambique

BIBLIOTECA CENTRAL - UFLA

O resultado desta visita foi avaliado em um questionário formulado pela agência Sauá e respondido apenas pelos visitantes adultos, totalizando dez questionários respondidos (Anexo IV).

TABELA 5 Resultado da avaliação da qualidade do roteiro I

Questões	Resultado		Comentários
1. Cidade de origem dos visitantes avaliadores	Todos de Poços de Caldas		
2. Roteiro percorrido (tempo, percurso, etc.)	ÓTIMO	40%	Local é muito bonito, muito demorado, o roteiro não é apropriado a pessoas de mais idade, momentaneamente o sítio N. S. da Guia não está em condições de receber turistas A necessidade de desinibir os recepcionistas, os guias demonstraram controle da situação passando confiança
	BOM	60%	
	REGULAR	0%	
	RUIM	0%	
3. Qualidade do atendimento	ÓTIMO	80%	A necessidade de desinibir os recepcionistas, os guias demonstraram controle da situação passando confiança
	BOM	20%	
	REGULAR	0%	
	RUIM	0%	
4. Qualidade da infra-estrutura básica (banheiro, lixo, etc.)	ÓTIMO	40%	Local bem preparado e limpo, necessidade de banheiros exclusivos para a atividade nas propriedades
	BOM	60%	
	REGULAR	0%	
	RUIM	0%	
5. Vias de acesso	ÓTIMO	30%	Dentro da expectativa por se tratar de turismo rural
	BOM	30%	
	REGULAR	40%	
	RUIM	0%	
6. Qualidade dos atrativos	ÓTIMO	30%	
	BOM	60%	
	REGULAR	10%	
	RUIM	0%	
7. A propriedade mais receptiva e qual deixou mais a desejar	Mais receptiva, segundo os respondentes, foi a Fazenda Aleixo (30%) e a menos receptiva, a Fazenda Nossa Senhora da Guia (40%).		
8. O Roteiro atendeu suas expectativas	Todos responderam sim		Local bonito, diferente, boa comida e cultura camponesa

Quanto à infra-estrutura, 40% achou ótima e 60% boa. As observações de necessidade de melhoria foram quanto à necessidade de banheiros exclusivos para a atividade nas propriedades.

TABELA 6 Resultado da avaliação da qualidade do roteiro II

Questões	Resultado	Comentários	
1. Cidade de origem dos visitantes avaliadores	04 visitantes de Poços de Caldas e 01 de São Paulo		
2. Roteiro percorrido (tempo, percurso, etc.)	ÓTIMO	60%	Percurso agradável, poderia ser menor, passeio aconteça em apenas um período do dia
	BOM	40%	
	REGULAR	0%	
	RUIM	0%	
3. Qualidade do atendimento	ÓTIMO	80%	Proprietários receptivos e simpáticos
	BOM	20%	
	REGULAR	0%	
	RUIM	0%	
4. Qualidade da infra-estrutura básica (banheiro, lixo, etc.)	ÓTIMO	20%	Local em adaptação
	BOM	60%	
	REGULAR	20%	
	RUIM	0%	
5. Vias de acesso	ÓTIMO	80%	
	BOM	20%	
	REGULAR	0%	
	RUIM	0%	
6. Qualidade dos atrativos	ÓTIMO	40%	
	BOM	60%	
	REGULAR	0%	
	RUIM	0%	
7. A propriedade mais receptiva e qual deixou a desejar	Mais receptiva, segundo os respondentes, foi a Fazenda Aleixo (40%) seguido da Fazenda Santo Antônio (20%) e a menos receptiva, o Sítio Ipê (10%).		
8. O Roteiro atendeu suas expectativas	Todos responderam sim		Cotidiano rural, funcionamento das fazendas, contato com a natureza, beleza natural, simplicidade e diversão

No mês de maio de 2003, foi realizada a segunda visita teste nas propriedades rurais do segundo roteiro, com o mesmo objetivo da primeira, de avaliar o atendimento e a qualidade dos atrativos dessas propriedades. A visita contou com a participação de um grupo de cinco pessoas convidadas pelos organizadores do projeto, com resultados semelhantes aos do primeiro roteiro.

Após a avaliação dos roteiros, decidiu-se que eles necessitavam de um material de divulgação, para ser distribuído via agência Sauá e Secretaria de Turismo. Entretanto, nesta ocasião, houve um impasse sobre de quem era a responsabilidade pela confecção e pagamento do material. Após uma reunião, ficou decidido que a responsabilidade de planejar e elaborar o *folder* seria da agência Sauá Ecoturismo e dos proprietários e o poder público arcou com as despesas de tiragem de 1000 cópias.

Como demonstram os dados obtidos na análise do projeto de turismo rural da Serra do Selado – roteiro Zé Uai, as iniciativas para a formação do roteiro turístico foram tomadas, entretanto, após essa fase de planejamento e formatação do produto, nada mais foi feito. Mais uma vez, a iniciativa de turismo no meio rural em Poços de Caldas não obteve êxito.

Para se obter respostas para a razão da não continuidade de mais um projeto de turismo rural em coletividade em Poços de Caldas, município considerado tradicionalmente turístico de Minas Gerais, foi realizada uma pesquisa com os envolvidos no processo, tanto interventores quanto proprietários.

5.3 O processo de intervenção

A forma de intervenção e a presença dos interventores foram marcantes em todos os projetos de motivação de turismo no meio rural do município de Poços de Caldas. Entretanto, neste último trabalho, a motivação para a implantação da atividade estava reservada apenas à Serra do Selado. O motivo é

que as propriedades foram escolhidas pelo secretário de Assuntos Rurais e Abastecimento, sem que as pessoas envolvidas nos demais projetos tivessem possibilidade de aderir.

Segundo interventor E:

“(...) esqueceu-se dos trabalhos [turismo rural] que vinham desde 96, que criou um caldo de cultura de atividade de turismo rural no município, que não foi aproveitado no projeto Zé Uai”.

A forma como as propriedades foram escolhidas para fazer parte do roteiro pode ter sido o principal problema da não continuidade da proposta.

Segundo o interventor T:

“Não houve processo de seleção [dos proprietários]. O secretário de assuntos rurais já chegou para a secretaria de turismo com os proprietários definidos (...). Eles [os proprietários rurais] foram convidados a participar, escolhidos pelo secretário e aceitaram porque achavam que assim estariam mais próximos do poder público que é quem manda (...)”.

Essa forma adotada para a escolha das propriedades evidenciou também a falta de conhecimento de grande parte dos interventores. Esses têm apenas conhecimentos básicos sobre a atividade do turismo rural e também sobre fomentação da participação em projetos. Essa forma de seleção (escolha) pode ter gerado um processo de adesão sem interesse ou necessidade pela atividade.

Segundo interventor R2:

“(...) acho que não existia identificação, ou aceitação dos proprietários com a atividade [turismo rural]. A moçada veio participar porque acreditavam na gente”.

Outra característica notada foi que nenhum dos condutores tinha experiência com a implantação de trabalho de turismo no meio rural. O referido

projeto foi idealizado pela Secretaria de Assuntos Rurais de Poços de Caldas, baseado na escolha direcionada de propriedades.

A conclusão pela falta de uma forma participativa de definição das propriedades foi constatada até mesmo pelo idealizador do projeto

Segundo o interventor R1:

“Em primeiro lugar, eu escolhi os proprietários pela receptividade, e educação, depois pelas instalações na propriedade e atrativos particulares do lugar, como a cafeicultura e a beleza natural da Serra do Selado. A gente tem muitos questionamentos. Infelizmente, eu imaginei que seria diferente a disposição para receber os roteiros. Como foi uma iniciativa governamental, talvez, as pessoas não tenham entendido muito bem. Eu acho que o governo pode dar mais resultados quando a iniciativa parte do grupo (...) Para o poder público, é muito complicado lidar com esses projetos”.

Percebe-se que a forma de assistência dos interventores foi tutorial, mesmo motivada pela visão de trabalho participativo. As ações e as decisões foram tomadas totalmente pelos agentes externos, sem contribuições efetivas dos proprietários. Esse modelo de planejamento é uma prática antiga, sendo difícil sua desconstrução.

Segundo Furtado & Furtado (2000), o rompimento de agentes e agricultores com as práticas do passado, marcadas pelo paternalismo, assistencialismo, clientelismo e favoritismo, é complicado porque esses não possuem uma formação coerente com a nova proposta. Ambos são marcados pelo autoritarismo. Os agricultores vêm de uma educação familiar autoritária e os agentes, muitas vezes, entendem a prática da intervenção participativa como “panacéia do desenvolvimento”, sendo eles os “donos do saber”. Muitas vezes considera- na um instrumento de dependência do agricultor.

A mudança desse paradigma deve estar baseada no próprio esforço dos agentes interventores de buscar a participação das pessoas, o trabalho

participativo. Essa forma de trabalho não pressupõe a exclusão da necessidade do agente interventor e, sim, a modificação do seu papel. Esse não é o ator principal, mas, sim, um facilitador capaz de entender as necessidades e gerar condições para que os próprios beneficiários determinem seus objetivos e conduzam ao desenvolvimento.

Segundo o interventor R2:

“Eu trabalhei 31 anos na Emater e trabalhei quatro na prefeitura (...), no final, é assim mesmo. Se a gente não arregaçar a manga e puxar o pessoal para tentar coisas novas, nada teria sido construído aqui em na nossa cidade”.

No projeto em questão, fica evidente a falta dessa prática participativa, pois, enquanto ele foi conduzido apenas pelos interventores, sendo os proprietários coadjuvantes, a impressão era a de que estava progredindo para o desenvolvimento da atividade. Quando as obrigações se tornaram necessárias por conta dos proprietários, as ações para a criação do roteiro foram esvaziadas.

Segundo o proprietário rural FPN:

“O projeto ia tudo bem, até a saída do poder público. Nessa região, é muito difícil alguma coisa dar certo. Cada um quer sugar o máximo possível para si (...) Um exemplo disso foi quando precisamos fazer uma faixa [banner] para colocar na festa UAI. Cada um teria que desembolsar R\$ 10,00 e foi uma dificuldade (...) Esse problema se repetiu novamente quando fomos fazer os panfletinhos de divulgação [folders do roteiro]. Talvez, a gasolina que ele gastou até a reunião fosse mais cara que essa ajuda!”.

Percebe-se que a coerção, como meio de atingir a participação, traduz-se na adesão de proprietários sem a legitimidade da necessidade ou vontade, pratica essa contraditória aos princípios da participação. A participação efetiva acontece de forma espontânea, sem nenhum tipo de pressão (Stassem *apud* Gohn, 2001).

5.4 Ação em grupo, envolvimento e participação

A limitação dos interventores sobre a busca de formas participativas ficou evidente em diversas fases da entrevista. Apenas o extensionista da Emater demonstrou conhecimento na prática de elaboração de trabalhos participativos.

Segundo o interventor E:

“Não concordei com a forma como foi sugerida a escolha das propriedades. Mas não depende só da gente [EMATER](...). A forma como foi escolhido, acredito que foi por indicação do poder público, através da análise de trabalhos anteriores e a visão momentânea do potencial dessas propriedades, pensando que assim faria certo. Até sugerimos um processo participativo para a escolha das propriedades. Primeiramente sensibilizando as pessoas para as questões relativas ao turismo rural, e a partir dos interessados, aí sim elaborariamos o processo de diagnóstico, de caracterização das propriedades, a execução das oficinas e da estruturação do roteiro (...). Não houve uma visão inicial participativa (...) Algumas pessoas já trabalham com algum tipo de turismo no meio rural em Poços, como restaurante Pesqueiro do Alemão, que já fez parte do projeto anterior, uma pousada que existe no Rolador. Essas pessoas não foram chamadas”.

Apesar das práticas participativas constatadas nas oficinas, fundamentadas no processo construtivista do desenvolvimento da aprendizagem, que enfatiza o intercâmbio de conhecimentos, experiências e visão dos participantes, o trabalho coletivo só acontece quando existe a necessidade do indivíduo de trabalhar junto (Olson, 1999). Nos relatos a seguir percebe-se que alguns participantes não demonstravam interesse pela atividade, trabalhando apenas pelo sentimento de solidariedade, pensando em ajudar alguém envolvido no processo (Douglas 1999).

Segundo o interventor T:

“Isso ficou bem claro em uma das primeiras reuniões [a adesão ao projeto] onde um proprietário falou que estava lá por conta do secretário de assuntos rurais - Isso foi fato! - E não por conta desse

negócio de turismo rural. Vim só porque ele [secretário de assuntos rurais] falou que era importante”.

A participação passiva leva o indivíduo a não entender, de fato, a realidade que o cerca. Babbington (1994), *apud* Miranda (1998) afirma que grupos formados para resolver problemas que não são considerados como prioritários, para eles, não tendem a sobreviver.

Segundo o proprietário rural FJN:

“(...) aqui qualquer ajuda é bem-vinda, pois o meio rural está cada vez mais arruinado. Hoje, muitos plantam com o empréstimo do banco e colhem para pagar ele”.

Outro fator que chamou a atenção foi que muitos proprietários estavam buscando uma atividade para a esposa ou para um ente da família e, em alguns casos, esses nem participaram das reuniões de implantação do projeto. Assim, procurava resolver, mais uma vez, um problema e não por estarem motivados na implantação do roteiro.

Isso pode observado dos seguintes relatos de proprietários rurais entrevistados:

“(...) só aderi ao projeto porque acho que a região tem potencial grande. Essa seria uma atividade para minha esposa (...), como mais uma fonte de renda (...). Ela tem uma característica de receptividade e conhecimento de culinária, aproveitando o potencial da propriedade” (entrevistado FSA– proprietário rural).

“eu nem continuei porque isso era pra minha esposa, mas ela não animou muito” (entrevistado FSI– proprietário rural).

“quem iria tocar o turismo seriam minhas duas filhas, uma está estudando e a gente precisa arrumar alguma coisa para elas ficarem aqui (...) Meu filho mais novo também iria ajudar, pois, agora, não pode

trabalhar com menos de 16 anos na roça (...), e no turismo a gente vê na TV um tanto de menino trabalhando” (entrevistado FNSG– proprietário rural).

Os proprietários rurais da região, em sua maioria, são produtores tradicionais de café, atividade esta que é muito rentável; entretanto, ela está vinculada a velha prática assistencialista proporcionado pelo governo. Uma característica comum aos agricultores estudados, que contesta a afirmação de dificuldade argumentada pelo entrevistado FJN (proprietário rural), é o fato de todos possuírem condições de moradia e infra-estrutura muito boas. Todos dispõem de carro próprio e telefone fixo na residência e, quando a rede não abrange, possuem o celular rural. Outra característica que confirma tal dedução é que a menor renda entre os proprietários está entre mil a dois mil reais por mês, chegando mais de três mil reais por mês. Alguns possuem maquinário e equipamentos próprios para o cultivo de suas propriedades, demonstrando que não existe a necessidade real de investimento na atividade de turismo.

Segundo proprietário rural FSI:

“(...) quando o negócio apertou saímos fora, antes que nos enrolássemos mais com essa idéia (...) Já tenho muito trabalho, não tenho tempo nenhum, passo o dia inteiro atrás do café”.

Essa relação de dependência do produtor rural com o poder público e, principalmente, com os órgãos promotores ou facilitadores de financiamento gera a prática da adesão a projetos sem necessidade ou vontade, em que não se consegue avaliar a verdadeira intenção dos participantes.

Muitos indivíduos buscam o trabalho em grupo por causa do incentivo coletivo, ou seja, um ganho extra com essa opção, benefícios individuais, como financiamento e empréstimos subsidiados, não analisando a decisão pelo objetivo

principal (Olson, 1999). Essa postura atrapalha outros indivíduos que estão engajados no projeto com objetivos comuns para um resultado coletivo.

É o que se pode constatar nos relatos de proprietários rurais abaixo:

“(...) quando eu vi que isso não ia dar certo, continuei tocando por conta própria, agora está pronto o restaurante (...) A dificuldade é porque é longe da cidade, tendo que funcionar só em fins de semana. Se o roteiro estivesse funcionando, acredito que seria melhor (...)” (entrevistado FSP– proprietário rural).

“(...) houve um entrosamento entre os participantes. Entretanto, hoje em dia, as pessoas não se relacionam. As pessoas aqui têm um espírito individualista” (entrevistado FSA– proprietário rural).

“não é a primeira vez que se tenta trabalhar todo mundo junto (...) Eu acredito com certeza [no trabalho em grupo]. Acho que tudo isso agrega, a união traduz o potencial. Você vê o exemplo típico lá do pessoal lá do Zanetti, lá daquela região. Eles se uniram e já conseguiram fazer até a festa do milho, já virou tradição, já está há 3 anos. Então, quando se une bastante gente nos mesmos interesses, você consegue fazer com que produza. Já aqui, nesta região, a coisa é complicada. Cada um aqui quer se virar sozinho” (entrevistado FAB– proprietário rural).

Esses depoimentos ilustram a tentativa do trabalho em grupo, comprovando que a falta da necessidade leva ao descomprometimento e ao não resultado da ação. Olson (1999) relata que o indivíduo analisa a forma que é mais vantajosa, o trabalho em grupo ou sozinho; quando percebe que não está vantajoso em grupo, opta pelo individualismo.

5.5 Resultados e impactos do projeto

Quanto aos resultados gerados pelo projeto, não se pode atribuir às mudanças em algumas propriedades assim como ao local por conta deste, pois o mesmo não passou da fase de adequação das propriedades. Não foi possível analisar a causa específica da não continuidade da proposta. As opiniões se

mostraram um tanto diferentes, entretanto, foi possível constatar que vantagens coletivas não aconteceram. Como relataram alguns entrevistados:

“O roteiro, no fim, ajudou alguns proprietários. Veja o sítio Primavera. Depois disso, ele construiu o restaurante Colina em sua propriedade. Deve estar recebendo os turistas lá” (entrevistado – interventor R2).

“Não houve nenhum [desenvolvimento coletivo], pois o projeto ficou apenas no papel, apenas planejado e não implantado” (entrevistado – interventor T).

“Não, porque ele nem chegou a funcionar. Nós tivemos sim alguns planos, mas não chegou a dar retorno” (entrevistado FAB– proprietário rural).

“Acho que não, pois a gente nem chegou a receber os turistas” (entrevistado FA– proprietário rural).

“(…) se deu retorno, pra mim que não foi” (entrevistado FNSG– proprietário rural).

O turismo no meio rural em nosso país se desenvolve em duas vertentes distintas: uma em fazendas que já não são mais produtivas e que possuem características históricas ou amplo espaço físico para a realização de atividades de lazer, e a segunda em locais onde a maioria das propriedades envolvidas necessitam da diversificação de atividades para obter uma renda complementar.

O local de desenvolvimento do roteiro Zé Uai não se adequou a nenhum dos dois modelos de propriedade. Como discutido anteriormente, a atividade predominante é a cafeicultura, sendo essa de grande rentabilidade, explicando assim por que apenas duas das propriedades continuaram investindo no turismo rural. O Sítio Ipê é uma propriedade utilizada apenas como moradia; seu proprietário é aposentado de uma grande indústria da cidade e sua produção é

apenas para o consumo. Esses atributos facilitaram para que o mesmo investisse na construção do restaurante.

Já o Alambique Bertozzi é uma propriedade que já investia em uma forma diversificada de renda no meio rural, a produção de cachaça, tendo apenas continuado o processo de investimento na atividade.

Essa nova forma de buscar o desenvolvimento por meio da coletividade, em que uma pequena propriedade complementa a outra para a formação de um produto turístico, sucumbiu na formatação de diversos roteiros turísticos rurais.

5.6 Desenvolvimento rural sustentável

Apesar de não se poder constatar que houve desenvolvimento rural sustentável por meio da não continuidade do projeto, foi possível notar que a discussão sobre essa questão mostrou-se dividida, na opinião dos interventores. Ainda se entende que o desenvolvimento está atrelado ao crescimento econômico, como se pôde perceber em alguns relatos:

“(...) desenvolvimento é econômico, eu entendo assim: a criação de oportunidade de trabalho e opção de renda” (entrevistado – interventor R1).

“(...) desenvolvimento é alguma coisa ligada ao crescimento, aumento de renda das pessoas” (entrevistado – interventor T).

“(...) desenvolvimento é a educação para o crescimento” (entrevistado – interventor R2).

“Evolução qualitativa de alguma estrutura” (entrevistado – interventor E).

O princípio do desenvolvimento sustentável está baseado no equilíbrio sócio-cultural, ambiental e econômico, em que não existe um mais importante ou necessário que os demais; todos têm que ser valorizados e executados, pois são

complementares e necessários para que se atinja a sustentabilidade. Entretanto, é comum que as pessoas atribuam importância apenas à vertente econômica, por ser a que lhes toca mais diretamente e surte efeitos, tanto positivos quanto negativos, em curto prazo.

A necessidade de entender quais são as motivações do desenvolvimento e de fundamental importância para os formuladores de projetos, pois os projetos de turismo em áreas naturais, como os de turismo rural, baseia-se nesses três pilares.

As políticas públicas do Ministério do Turismo também buscam a capacidade das pessoas de trabalharem coletivamente, preservando os três pilares da sustentabilidade, mas, para isso, os interventores necessitam do conhecimento e da valorização destes atributos.

O “empoderamento” das pessoas envolvidas nesses tipos de projetos tem que estar fundamentado na reforma de valores morais e de organização social, e esses não são repassados por meio de cursos e nem panfletos comunicativos (Amâncio, 2005). Existe a necessidade e uma mudança generalizada no modo de pensar e agir dos interventores de projetos de turismo.

Destaca-se, nos projetos do Ministério do Turismo, a aproximação dos processos de decisão pela comunidade, mediante a descentralização do poder político.

Diversos autores consideram evidente o resultado que a atividade de turismo proporciona para a economia e para o desenvolvimento da região, quando elaborada em consonância com as formas de implantação sustentáveis (Petrocchi, 2001; Beni, 2001; Barreto, 2000; Ruschmann, 1997 e; Ignarra, 1999). Esses resultados, segundo os mesmos autores, acontecem pela característica da atividade turística, como multiplicadora e geradora de infra-estrutura e estrutura turística, resultando em benefícios sociais, como o desenvolvimento regional e sustentabilidade das localidades que o utilizam como instrumento de desenvolvimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo rural propõe uma nova atividade ao meio rural, capaz de gerar benefícios sociais, ambientais e econômicos. A opção pelo trabalho em grupo de forma participativa sugere uma nova maneira de buscar o desenvolvimento do local desde que os imigrantes do grupo possuam interesses comuns.

Pretendeu-se mostrar, neste trabalho, as formas como foram elaborados os projetos de turismo rural que abrangeram o município de Poços de Caldas. Apesar de não se poder considerar a estratégia de incentivo do turismo rural nos municípios como um trabalho contínuo, em que o último projeto não tem lastro para as localidades que participaram dos projetos anteriores, buscou-se analisar o que motivou a ação em grupo, na visão dos proprietários rurais e dos interventores.

Para tanto, apontaram-se fatores que influenciam no processo de decisão para o trabalho de ação coletiva, participação e aqueles que norteiam o desenvolvimento local.

Nesse contexto, foram analisadas as motivações de desenvolvimento do turismo no meio rural em Poços de Caldas, desde seu início oficial, que foi em 1996, quando se elaborou o Projeto de turismo rural de Minas Gerais (turismo rural: uma proposta de trabalho), tendo a região sido contemplada com o roteiro do vinho. Em uma segunda etapa, foi analisado o período relativo ao Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural da Região de Poços de Caldas e, em seguida, o Projeto de Implantação do Turismo no Meio Rural em Poços de Caldas.

Diante das informações e por meio das análises pôde-se observar que a atividade não se consolidou no município de Poços de Caldas, sob a ótica do coletivismo, apenas algumas iniciativas isoladas continuaram seus investimentos.

Percebe-se que a escolha direcionada de propriedades, realizada pelos interventores para a implantação do projeto, no caso da terceira etapa, foi o

principal problema para a condução e a continuidade das propostas. Essa ação é resultado da falta de conhecimento de como se elabora um projeto em grupo, pois, quando feito dessa forma, o trabalho é construído sem um alicerce e interesse real dos moradores da Serra do Selado por novas atividades geradoras de trabalho e renda. Ou seja, é o oposto do que se propõem as teorias do desenvolvimento rural sustentável e de participação e ação coletiva.

Também se percebe que as maiores dificuldades em gerar desenvolvimento da atividade e, conseqüentemente, do meio rural, são motivadas pela falta de necessidade dos envolvidos no processo, pois a atividade não se mostra necessária e significativa para a manutenção das propriedades em sua grande maioria muito produtivas e, conseqüentemente, demanda tempo e gera renda para os proprietários. Existe a necessidade de se analisar a forma como foram escolhidas as propriedades, analisando-se a necessidade da nova atividade. A disponibilidade de mão-de-obra e o interesse de investimento na atividade têm que ser avaliados, já que todo o negócio e o turismo na propriedade não deixam de ser um novo negócio, pressupõem dedicação, interesse e investimento para gerar resultados.

Portanto, pode-se afirmar que a falta de legitimidade das necessidades e de conhecimento de como acontecem os trabalhos participativos fizeram com que a atividade não se efetivasse e não houvesse desenvolvimento rural motivado pelo projeto.

Apesar dos esforços da administração pública em fomentar o turismo no meio rural do município, os interventores possuem pouco conhecimento sobre a atividade e a condução do trabalho em coletividade, também falta continuidade de proposta, o que gera expectativas que nem sempre são atendidas.

Tendo em vista o fato do município de Poços de Caldas possuir tradição nas atividades ligadas ao turismo e diante da dinamização da atividade mundialmente e do surgimento de novas regiões turísticas no Brasil, a cidade

necessita de novos atrativos e produtos turísticos. Por isso, a iniciativa, apesar de não consolidada, é de grande importância para o município e para a região.

Outras questões que se fizeram notar, apesar de não ser o objetivo do trabalho, é que o município é carente de um plano estratégico de turismo, no qual poderia ser contemplado o turismo rural. Sem essa estratégia, as ações são conduzidas de forma isolada, resultando em projetos que não têm ligação ou identidade local. No turismo, quando propostas são trabalhadas, principalmente por iniciativas públicas, de forma direcionada e sem a participação dos demais envolvidos na atividade, como hotéis, restaurantes e os demais flancos do sistema turístico, gera-se a sensação de concorrência e, conseqüentemente, o isolamento e o não apoio à proposta.

Apesar de o referido trabalho ser um estudo de caso, fato que torna impossível que ele seja generalizado para outros locais, espera-se que este trabalho possa ser utilizado como instrumento que contribuirá para o avanço das discussões sobre turismo no meio rural.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E. **Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v.2, n.1, p.23-43, jan./jun. 1990.
- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 100p.
- ALENCAR, E. **Pesquisa social e monografia**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003. 100p.
- AMÂNCIO, C.O. da G. **O sabor agridoce da Reforma Agrária em Pernambuco: Refletindo sobre a Experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã em Tracunhaém PE**. 2006.p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- BARRETO, M. **Planejamento e organização em turismo**. 5.ed. São Paulo: Papirus, 2000.
- BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2001.
- BERTRAND, A.L. **Sociologia Rural**. São Paulo: Atlas, 1973.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.
- BOSCHI, R.R. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1991.
- BRANCO, S.M. **Meio ambiente em debate**. 26.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica).
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007**. 2.ed. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília, 2005.

BRAVO, R. **O turismo e a extensão rural**. 2002. Disponível em: <<http://www.etur.com.br>>. Acesso em: 16 ago. 2006.

BRICALLI, L.C.L.; ALMEIDA, J.A. Atividades agrícolas e atrativos naturais na construção de tipologias para o turismo rural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3., 2002, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

BRUYNE, P.; HERMAN, J. & SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. F. Alves, Rio de Janeiro, 1977.

CAVACO, C. **Turismo rural e desenvolvimento local: turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 2001. p.94-121.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1991.

DEMO, P. **Conhecer & aprender: sabedoria dos limites e desafios**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DENKER, A. de F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DESPLANQUES, Henri. **Une Nouvelle Utilisation de L'éspace Rural em Itália: l'Agroturisme**. *Annales de Géographie*, 82 (450): 151-64, mars-avril, 1973.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1999.

EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1994.

EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Manual do turismo rural**. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1994.

EMPRESA MINEIRA DE TURISMO – TURMINAS. Plano de desenvolvimento do turismo rural na região de Poços de Caldas: Relatório da oficina de Planejamento. Poços de Caldas, 1998. n.p.

EMPRESA MINEIRA DE TURISMO – TURMINAS. Turismo rural: uma proposta de trabalho: Versão preliminar. Belo Horizonte, 1996. 24p.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

FLORES, M.X.; MACÊDO, M.M.C. Novos rumos do desenvolvimento rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. Anais... Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/Sober4-99.html>>. Acesso em: 23 jul. 2005.

FROELICH, J.M.; RODRIGUES, I.S. O turismo rural e as transformações no espaço agrário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 21., 1998, Recife. Anais... INTERCOM, 1998. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt19>. Acesso em: 23 jul. 2005.

FURTADO, R.; FURTADO, E. A intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2000.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresa, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, 1995a.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresa, São Paulo, v. 35, 3: 20-29, 1995b.

GOHN, M. da G. Educação não-formal e cultura política. Campinas: Cortez, 2001.

GRAZIANO da SILVA, J. Urbanização e pobreza no campo. In.: RAMOS e REYDON. (Org.). Agropecuária e agroindústria no Brasil. Campinas, 1995. p.127-150.

GRAZIANO da SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

GRAZIANO da SILVA, J.; BALSADI, O.V.; DEL GROSSI, M.E. **O emprego rural e a comoditização do espaço agrário**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

GRAZIANO da SILVA, J.; GROSSI, M.D.; CAMPANHOLA, C. O que a de realmente novo no rural brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3., 2002, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

GRILLO, D. L. de O.; SILVA, M.A.C.da. **Projeto de Implantação do turismo no meio rural em Poços de Caldas-MG**. Poços de Caldas, 2002. 121p.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 163p.

IENO, N.; BAMAT, T. **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. Paraíba: UNITRABALHO/UFPB, 1998.

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro; do complexo rural aos complexos agroindustriais. In. DELGADO, G.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p.113 - 223.

MACHADO-DA-SILVA, C.L.; GONÇALVES, S.A. Mudança organizacional, esquemas interpretativos e contexto institucional: dois casos ilustrativos. **Revista de Estudos Organizacionais**, v.1, n.2, p.1-16, jul.dez. 2000.

MATTEI, L. Agroturismo: cenário e perspectivas para o estado de Santa Catarina. In: CONGRESSO DA SOBER, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000. CD Rom.

MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARTÍN, J.C. Desarrollo local para um nuevo desarrollo rural. **Anales de Geografía de la Universidad Computense**, p.85-100, 2000.

MELLO, E.S. de. **Uso de método de entendimento global da associações (MEGA) na análise de gestão coletiva em Capelinha, MG.** 2003. 120p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Lavras, Lavras, MG.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1996.

MILLER, G. **O agrário no complexo agroindustrial.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** Teresópolis, 1990.

MIRANDA, D. **Associativismo rural, agroindústria e intervenção: estudo de caso em uma associação de produtores familiares.** 1998. 202 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

NEVES, J.L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** **Caderno de Pesquisa em Administração**, v.1, n.3, p.1, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2006.

NOGUEIRA, S. **Os ofícios tradicionais como vertente do turismo cultural.** In: PERSPECTIVAS DEL TURISMO CULTURAL. 2.: CONGRESSO VIRTUAL INTERNACIONAL DE CULTURA E TURISMO, 1., 2001, Portugal. **Anais...** Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo_cultural/congreso/ponencias/sandra_nogueira.htm>. Acesso em: 24 out. 2005.

OLIVEIRA, C.G.S.; MOURA, J.C. **Turismo no espaço rural brasileiro.** Piracicaba: FEALQ, 1999.

OAKLEY, P.; MARSDEN, D. **Approaches to participation in rural developmente.** Genebra: International Labour Office, 1985. 91p.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo: Edusp, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo Internacional: uma pesrspectiva global.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PETROCCHI, M. **Planejamento e gestão.** São Paulo: Futura, 2001.

PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR. **Apresentação - Crédito Rural.** 2006. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=813&scant=>>. Acesso em: 14 abr. 2006.

RODRIGUES, A.B. **Turismo rural: praticas e perspectivas**. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

ROMEIRO, A.R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P.H.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. (Org.). **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ROQUE, A.M. **Turismo no espaço rural: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais**. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

RUSCHMANN, D.M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: PAPIRUS, 1997. 200 p. (Coleção Turismo).

STAKE, R.E. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994. Cap.14.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992. 175p.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004

WORSLEY, P. **Introducing sociology**. Londres: Penguin, 1970. 330p.

ANEXO I



Belo Horizonte, 22 de Setembro de 1999.

Sr. José Walter da Silva
Presidente da Astral
Associação Sulmineira de Turismo Rural.

Prezado senhor,

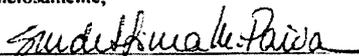
Ficamos muito felizes em saber da constituição da ASTRAL. Acreditamos ser realmente este o caminho para o desenvolvimento de atividades no meio rural, fomentando o turismo em nosso Estado para que se torne um destino de destaque no cenário nacional a até mesmo mundial.

Parabenizamos pela iniciativa e aproveitamos para convidá-los a estudar uma forma de participação na AMETUR, que proporcione interagirmos e dinamizarmos nossas ações, fortalecendo ainda mais o Turismo Rural em Minas.

Convidando-o para participar do 2º Fórum Mineiro de Turismo Rural, queremos também convidá-lo a expor o trabalho de Poços de Caldas, no dia 22 de outubro, sexta-feira, às 16 horas, durante 15 minutos.

Estamos remetendo ao Sr. Diretor de Turismo de Poços de Caldas, Manoel Pereira de Mello Filho, correspondência no mesmo sentido, a fim de que a apresentação seja feita em conjunto ou como acharem conveniente.

Atenciosamente,


Suzana Maria Sousa Lima Mattos de Paiva.

Rua Alvarenga Peixoto, 295 Loja 102 Lourdes CEP: 30.180120 Belo Horizonte Minas Gerais
Fone (031) 275.2139 Fax (031) 292.1976 e-mail: www.guiabh.com.br/ametur

ANEXO II

PESQUISA DE PERFIL DO TURISTA QUE VISITA POÇOS DE CALDAS E SUA DEMANDA PELA ATIVIDADE DE TURISMO RURAL

1. Cidade de origem dos turistas

Interior de São Paulo	45,6%
Grande São Paulo	18,1%
Rio de Janeiro	7,8%
Belo Horizonte	3,6%
Interior de Minas Gerais	14,5%
Rio de Janeiro	7,8%
Outros estados	10,4%

2. Modo de viajar dos turistas

Família	65,8%
Casal/Namorados	19,7%
Amigos	4,1%
Sozinho(a)	1,1%
Excursão	9,3%

3. Conhece a atividade de turismo rural

Sim	78%
Não	22%

4. Já praticou turismo rural

Sim	55%
Não	45%

5. Praticaria turismo rural em Poços de Caldas

Sim	86%
Não	14%

6. Preferência por atrativos no turismo rural

Passeio a cavalo	62,05%
Comidas típicas rurais	91,57%
Contato com a natureza	92,17%
Plantações e produções da fazenda	77,11%
Animais da fazenda	71,59%
Caminhadas	79,52%
Festas típicas rurais	73,49%

Outros atrativos citados com relevância pelos entrevistados foram: esporte de aventura, carro de boi, pesca, observação da fauna nativa e pássaros, conhecer construções históricas e alimentos diferenciados (orgânicos).

7. Opinião das principais motivações da procura pelo turismo rural

Resgate as origens	03%
Gostar do campo	06%
Conhecer o modo de vida rural	24%
Descanso/fuga do cotidiano	28%
Contato direto com a natureza	31%
Outros	08%

ANEXO III

ROTEIROS DA SERRA DO SELADO

I Roteiro da Serra do Selado:

Saída: 9 horas, do centro da cidade

1ª parada na estrada (ponto de observação) 09:30 horas: Contemplar a paisagem, descrever o roteiro e localizar as propriedades a serem visitadas.

Primeira Propriedade: Ponte João Nery.

Chegada 09.40 horas

Atividades:

- Uma tradicional venda da roça a beira do Rio Pardo, podendo o visitante comer ou comprar as mercadorias;
- Observar as corredeiras do rio pardo

10.30 horas – Saída para Fazenda Aleixo

Segunda Propriedade: Fazenda Aleixo

Chegada – 10.40 horas

Atividades:

- Visita a Igrejinha Santo Aleixo;
- Parquinho para as crianças.
- Almoço típico Mineiro, na casa sede com arquitetura rústica e mobiliário antigo;

13.00 horas – Saída

2ª Parada na estrada (ponto de observação): Vista da Serra do Selado:
Contar o porquê do nome “Selado” e identificar seu formato na Serra
(permanência: 10 min.)

Terceira Propriedade: Fazenda Nossa Senhora da Guia

Chegada 13.20 horas.

Atividades:

- Caminhada até a Mata Nativa, contornando a Fazenda, passando pela plantação de café até a cachoeira (duração: 1.30h);
- Conhecer o cultivo do café: plantação, terreiro, torrador e secador;
- Passeio pelos açudes, pomar e horta;
- Visita a Igrejinha Nossa Senhora da Guia (distância: 100m / Tempo: 20 min.).

15.30 horas – Saída para o Sítio Ponte Nova (Ponte João Nery).

Quarta Propriedade: Sítio Primavera

Chegada 15.40 horas.

Atividades:

- Café da tarde da roça na casa Sede da Propriedade;
- Passear pelo vale, visitar os animais.

17 horas – Saída de retorno à cidade

II Roteiro da Serra do Selado:

Saída: 09 horas do centro da cidade

1ª Parada na estrada (ponto de observação) 09.30 horas: Contemplar a paisagem, descrever o roteiro e localizar as propriedades a serem visitadas.

Primeira Propriedade: Sítio Ipê

Chegada – 9.40 horas

Atividades:

- Conhecer a produção leiteira do Sítio, bem com ensinar ao turista a tirar o leite da vaca;
- Passear pelo pomar, conhecer a pocilga, observar a beleza natural do sítio com árvores imensas.

10.30 horas – Saída

Segunda Propriedade: Fazenda Aleixo

Chegada – 10.40 horas

Atividades:

- Visita a Igrejinha Santo Aleixo;
- Parquinho para as crianças.
- Almoço típico Mineiro, na casa sede com arquitetura rústica e mobiliário antigo;

13 horas – Saída

2ª Parada na estrada (ponto de observação): Vista da Serra do Selado:
Contar o porquê do nome “Selado” e identificar seu formato na Serra
(permanência: 10 min.)

Terceira Propriedade: Fazenda Santo Antônio

Chegada – 13.20 horas

Atividades:

- Passear por uma das propriedades mais tradicionais da cidade, família Junqueira, fundadora da cidade de Poços de Caldas;
- Mini-Museu com antigos implementos agrícolas e fotos antigas;

15.30 horas – Saída para Alambique Bertozzi

Sétima Propriedade: Alambique Bertozzi

Chegada – 15.40 horas

Atividades:

- Conhecer a produção da cachaça artesanal e degustar;
- Visitar a lojinha onde além de comprar a cachaça poderá adquirir todos os produtos rurais do roteiro: queijo minas, broa de milho e amendoim, doces e o café da roça;

17 horas – Saída de retorno à cidade

ANEXO IV

AVALIAÇÃO DE ATENDIMENTO E A QUALIDADE DOS ATRATIVOS DAS PROPRIEDADES DO I ROTEIRO

1 – Cidade de origem dos visitantes avaliadores: Todos de Poços de Caldas

2- O que você achou do roteiro percorrido (tempo, percurso, etc.)?

ÓTIMO	40%
BOM	60%
REGULAR	0%
RUIM	0%

Comente sua opinião:

Os principais comentários sobre o roteiro foram que o local é muito bonito (região e fazendas), o tempo foi muito comprido, o roteiro não é apropriado a pessoas de mais idade, momentaneamente o sítio N. S. da Guia não está em condições de receber turistas deixando as pessoas ociosas e sem infraestrutura de apoio.

3- Qual a qualidade do atendimento?

ÓTIMO	80%
BOM	20%
REGULAR	0%
RUIM	0%

Comente sua opinião:

Os principais comentários sobre o atendimento foram, a necessidade de desinibir os recepcionistas, os guias demonstraram total controle da situação passando confiança.

4- Qual a qualidade da infra-estrutura básica (banheiro, lixo, etc.)?

ÓTIMO	40%
BOM	60%
REGULAR	0%
RUIM	0%

Comente sua opinião:

Os principais comentários sobre a qualidade da infra-estrutura foram o local estava muito bem preparado e limpo, apesar de bom necessitaria de banheiros exclusivos para a atividade nas propriedades (seria bom que esses fossem fora da propriedade).

5 – O que você achou das vias de acesso?

ÓTIMO	30%
BOM	30%
REGULAR	40%
RUIM	0%

Comente sua opinião:

Os principais comentários sobre as vias de acesso, é que as estradas não são tão boas, entretanto estas se encontram dentro da expectativa por se tratar de turismo rural.

6- Qual a qualidade dos atrativos?

ÓTIMO	30%
BOM	60%
REGULAR	10%
RUIM	0%

7- Qual o atrativo que mais lhe chamou a atenção e o que menos lhe agradou?

Respondente 1

Mais agradou: Os atrativos naturais, as Cachoeira e plantação de café.

Menos agradou: Apesar de muito bonita a última fazenda só tinha a alimentação como atrativo (Sítio Primavera).

Respondente 2

Mais agradou: As edificações da segunda fazenda (Fazenda Aleixo).

Menos agradou: A terceira Fazenda não tem muita coisa para fazer a não ser a própria cachoeira (fazenda Nossa Senhora da Guia) o que fazer.

Respondente 3

Mais agradou: O que mais me chamou a atenção foi a fazenda da Dona Fausta (Fazenda Aleixo), pois é difícil encontrar uma fazenda antiga bem cuidada.

Menos agradou: A Fazenda que tem a cachoeira não eu gostei muito (fazenda Nossa Senhora da Guia), poderia haver melhor infra-estrutura.

Respondente 4

Mais agradou: a primeira fazenda a ser visitada, onde conversamos com os proprietários sobre a cultura e beneficiamento de café (Ponte João Nery).

Menos agradou: A segunda parada (Fazenda Nossa Senhora da Guia) precisa de atrativos e de uma boa reforma, proporcionando algo que atrai, pois na realidade não fizemos nada lá, apenas vimos a cachoeira.

Respondente 5

Mais agradou: Fazenda Aleixo, móveis da casa, etc.

Menos agradou: Cachoeira do sítio Nossa Senhora (Fazenda Nossa Senhora da Guia).

Respondente 6

Mais agradou: A cachoeira porque é muito bonita (Fazenda Nossa Senhora da Guia)

Menos agradou: Apesar de muito bonita a fazenda da cachoeira (Fazenda Nossa Senhora da Guia) tem lugares muito abandonados, que se bem organizados seriam bonitos.

Respondente 7

Mais agradou: A Igreja da Fazenda Aleixo e o posto de saúde, bem bonito e cuidado.

Menos agradou: A cachoeira por ser de difícil acesso.

Respondente 8

Mais agradou: Modo de nos receber.

Menos agradou: Nada.

Respondente 9 e 10

Tudo agradou.

8 – Qual a propriedade mais receptiva e qual deixou mais a desejar?

Entre os respondentes, 10% acharam a propriedade Ponte do João mais receptível, e 30% a fazenda Aleixo. E 40% acharam a propriedade Fazenda Nossa Senhora da Guia Menos receptiva.

O restante (60%) dos respondentes acharam que todos receberam bem.

9 – O passeio atendeu suas expectativas enquanto turismo rural

SIM	100%
NÃO	0%

Por que atendeu?

- Principalmente com relação à alimentação;
- É interessante, cada fazenda tem seu estilo próprio e sua atração;
- Vimos de tudo um pouco – trabalho (rotina) das fazendas, sugiro que incluam um passeio a cavalo, ordenha nas vacas e trato dos animais;
- Foi um dia totalmente diferente que eu com certeza eu indicaria a um amigo;
- Por ser um local bonito, porém esperava maior contato com a cultura local (plantação e criação de animais);
- Atendeu sim, mas necessita melhorar a infra-estrutura para que os guias trabalhem melhor;
- Por acusa dos lugares bonitos, montanhas, etc.;
- Porque tinha bastante coisa do campo;
- Porque aprendemos muita coisa que com o tempo (modernidade) perdemos.

ANEXO V

AVALIAÇÃO DE ATENDIMENTO E A QUALIDADE DOS ATRATIVOS DAS PROPRIEDADES DO II ROTEIRO

1 – Cidade de origem dos visitantes avaliadores: 4 pessoas de Poços de Caldas e uma de São Paulo

2- O que você achou do roteiro percorrido (tempo, percurso, etc.)?

ÓTIMO	60%
BOM	40%
REGULAR	0%
RUIM	0%

Os comentários sobre o roteiro foram:

- Que o tempo percorrido poderia ser um pouco menor, apesar do local (paisagem, atendimento e comida) ser muito bom, chega-se ao fim do dia um pouco cansado;
- Sugiro que o passeio tenha apenas um período (ou a parte de cedo ou de tarde de um dia), pois o turista em geral não tem disponibilidade para um dia inteiro;
- Com relação ao percurso nota 1000. Quanto ao tempo acho que tem que ser mais curto.
- Foi muito bom, achei o tempo de visita bom e com percurso agradável.

3- Qual a qualidade do atendimento?

ÓTIMO	80%
BOM	20%
REGULAR	0%
RUIM	0%

Os comentários sobre o atendimento foram:

- Os proprietários das fazendas se mostraram muito receptivos e simpáticos;
- Todas as propriedades foram extremamente receptivas;
- Atendimento ótimo e muito atenciosos com relação às perguntas.

4- Qual a qualidade da infra-estrutura básica (banheiro, lixo, etc.)?

ÓTIMO	20%
BOM	60%
REGULAR	20%
RUIM	0%

Os comentários sobre a qualidade da infra-estrutura foram:

O local ainda não está totalmente perfeito, apesar de estar tudo muito limpinho.

5 – O que você achou das vias de acesso?

ÓTIMO	80%
BOM	20%
REGULAR	0%
RUIM	0%

Não houve comentários sobre as vias de acesso.

6- Qual a qualidade dos atrativos?

ÓTIMO	40%
BOM	60%
REGULAR	0%
RUIM	0%

7- Qual o atrativo que mais lhe chamou a atenção e o que menos lhe agradou?

Respondente 1

Mais agradou: O passeio à cachoeira foi inusitado (fazenda Nossa Senhora da Guia), pois percorremos uma trilha desconhecida, muito interessante.

Menos agradou: A visita ao Sítio Ipê, neste caso poderia ter um passeio a cavalo e assistirmos o leite tirado na hora.

Respondente 2

Mais agradou: Tudo me agradou, a beleza das fazendas, saber que todas estão em funcionamento, como sugestão seria interessante vermos o processo de beneficiamento do café.

Menos agradou: Nada.

Respondente 3

Mais agradou: A fazenda Santo Antônio, pois é mais organizada e tem mais atrativos.

Menos agradou: Nada.

Respondentes 4 e 5

Mais agradou: A Fazenda Aleixo por seu aspecto rústico e equipamentos antigos.

Menos agradou: Nada.

8 – Qual a propriedade mais receptiva e qual deixou mais a desejar?

Entre os respondentes, 40% acharam à Fazenda Aleixo mais receptível, e 20% a Fazenda Santo Antônio. E 10% acharam a propriedade Sítio Ipê menos receptiva.

O restante dos respondentes achou que todos receberam bem.

9 – O passeio atendeu suas expectativas enquanto turismo rural

SIM	100%
NÃO	0%

Por que atendeu?

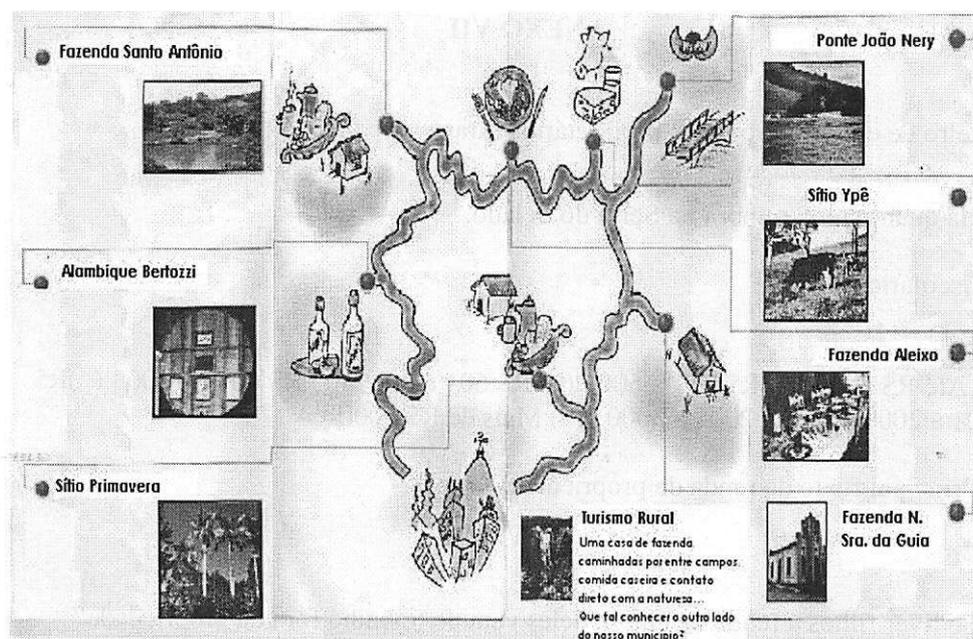
- Porque trouxe uma visão bem clara de como as fazendas funcionam em tem os passeios que trazem a satisfação em conhecer novos lugares e convívio com o povo do local;
- Pois nos envolveu com o cotidiano rural, além dos atrativos nas propriedades serem autênticos, mostrando assim nossas origens e um pouco da história rural;
- Porque durante o período em que estivemos visitando as fazendas, conseguimos ficar em contato direto com a natureza, suas belezas naturais, desfrutamos da simplicidade dos locais e tivemos uma boa conversa (prosa) com os proprietários, todos muito gentis;
- Sim, porque me diverti, conheci pessoas novas e muito mais.

ANEXO VI

FOLDER DO ROTEIRO DA SERRA DO SELADO



Parte da frente do Folder



Parte interna do Folder

Fonte: Projeto de implantação do turismo no meio rural em Poços de Caldas – MG (2003).

ANEXO VII

Roteiro de entrevista para os proprietários rurais

- 1- Há quanto tempo mora na Serra do Selado.
- 2- Escolaridade.
- 3- Renda familiar
() Até R\$ 300 () R\$ 301 a 600 () R\$ 601 a 800 () R\$ 801 a 1000 () R\$ 1001 a 2000 () R\$ 2001 a 3000 () Mais de R\$ 3000
- 4- Principal fonte de renda da propriedade.
- 5- Filhos
- 6- Se tiver filhos a renda de algum deles vem de trabalho fora da propriedade?
- 7- Motivo da entrada no projeto de roteiro de turismo rural.
- 8- O local tem potencial para a criação do roteiro turístico rural.
- 9 – O trabalho em grupo (várias propriedades) facilita o sucesso do investimento.
- 10 – Na propriedade quem é (ou seria) responsável pela administração da atividade de turismo rural? Por quê?
- 11 – O projeto, de roteiro turístico roteiro, gerou alguma melhoria para o local (social, cultural, econômica)?
- 12- Caso respondeu não (questão 10), porque você acredita não ter funcionado o roteiro?
- 13- Você concorda com a forma que foi sugerida a implantação do roteiro?
- 14 – Critério de escolha das propriedades para fazer parte deste roteiro.
- 15 - O roteiro de turismo rural alterou o dia-a-dia da sua propriedade ou da comunidade local.

16 – Avaliação do resultado do projeto

17- O roteiro de turismo rural melhorou as condições de vida do envolvidos no processo.

18 - O roteiro de turismo rural influenciou no relacionamento entre os envolvidos no projeto.

19 – O que motivou os organizadores do projeto a escolherem esse local para criação do roteiro?

20 – A população local foi consultada sobre o interesse de implantação dessa nova atividade?

21 - Você acredita que o caminho mais viável para investimento na melhoria da comunidade seja o turismo rural? Se não, qual seria a melhor opção de investimento?

ANEXO VIII

Roteiro de entrevista para os interventores

- 1- Escolaridade.
- 2- Tempo de trabalho na instituição.
- 3- Houve desenvolvimento no local de implementação do roteiro turístico
- 4- O que você entende por desenvolvimento?
- 5- Período previsto, pelo órgão promotor do projeto, de investimento e acompanhamento.
- 6- Aconteceram mudanças físicas na região efetuadas por motivo do projeto.
- 7- O motivo da escolha do local para implantação do roteiro turístico rural.
- 8 – Você acredita que o trabalho em grupo (várias propriedades) é a forma mais interessante para elaborar a atividade de turismo rural?
- 9 – Os proprietários se envolveram pro-ativamente no processo de escolha e implantação do roteiro turístico.
- 10– O projeto, de roteiro turístico, gerou alguma melhoria para o local (social, cultural econômica).
- 11- Foi satisfatório o resultado do projeto de turismo rural na região.
- 12- O processo de seleção para escolha das propriedades para o roteiro turístico rural.
- 13- Quanto tempo demora, para que um projeto como esse realmente consiga gerar resultados?
- 14- Participação na escolha da forma de implantação do roteiro.
- 15- Critério de escolha das propriedades para fazer parte deste roteiro.

16 – O apoio dado pelo órgão que sugeriu o projeto foi satisfatório?

17 – Motivo da escolha deste local para criação do roteiro.

18 – A população local foi consultada sobre o interesse de implantação dessa nova atividade.

19 - Você acredita que o caminho mais viável para investimento na melhoria da comunidade seja o turismo rural? Se não, qual seria a melhor opção de investimento?

20 – Se pudesse voltar no tempo, o que você mudaria na implantação deste projeto?